

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho
Raphael Von Rondow Nascimento

A EXPANSÃO TERRITORIAL DO PROGRAMA ESCOLA DE ESPORTES DO
MUNICÍPIO DE ITABIRITO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO AUMENTO DO
INGRESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS OFERTAS DE PRÁTICAS
ESPORTIVAS ORIENTADAS

Belo Horizonte

2023

Raphael Von Rondow Nascimento

A EXPANSÃO TERRITORIAL DO PROGRAMA ESCOLA DE ESPORTES DO
MUNICÍPIO DE ITABIRITO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO AUMENTO DO
INGRESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS OFERTAS DE PRÁTICAS
ESPORTIVAS ORIENTADAS

Projeto apresentado ao curso de
Especialização em Monitoramento e
Avaliação de Políticas Públicas da Escola de
Governos Professor Paulo Neves de Carvalho
da Fundação João Pinheiro, como requisito
parcial para a obtenção do título de
especialista.

Orientador: Prof. Bruno Oliveira Alencar

Belo Horizonte
2023

N244e Nascimento, Raphael Von Rondow.
A expansão territorial do Programa Escola de Esportes do Município de Itabirito e seus desdobramentos no aumento do ingresso de crianças e adolescentes nas ofertas de práticas esportivas orientadas [manuscrito] / Raphael Von Rondow Nascimento. – 2023. [11], 70 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2023.

Orientador: Prof. Bruno Oliveira Alencar

Bibliografia: f. 67-70

1. Programa Escola de Esportes - Itabirito (MG). 2. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL) - Itabirito (MG). 3. Políticas Públicas - Esporte - Lazer - Itabirito (MG). I. Alencar, Bruno Oliveira. II. Título.

CDU 796 (815.12 Itabirito)

Autor: Raphael Von Rondow Nascimento

Título: A expansão territorial do programa escola de esportes do município de Itabirito e seus desdobramentos no aumento do ingresso de crianças e adolescentes nas ofertas de práticas esportivas orientadas

Trabalho de Monografia - requisito parcial para a obtenção do título de especialista.
Curso de Especialização em Monitoramento e Avaliação de Política Pública –
CEMAPP/2020-2022
Fundação João Pinheiro

Aprovado(a) na Banca Examinadora

Prof.

Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2023

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à Mariane, pelo apoio incondicional e pela compreensão dos tantos finais de semana e dias dedicados ao curso.

À Fundação João Pinheiro, representada pela coordenação do curso de Especialização em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, por oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento de todo o curso.

Aos professores, incríveis, de valor inestimado pela capacidade de conhecimento e de transmitir conhecimento. A experiência prática de cada um também foi algo que agregou e proporcionou grandes transformações.

Aos colegas de turma, pelas valiosas contribuições e por proporcionarem um ambiente favorável às trocas e ao intercâmbio de conhecimento.

À equipe da SEMEL e da Prefeitura Municipal de Itabirito, pelo apoio e engajamento, por acreditarem a produção do trabalho foi uma oportunidade única para direcionar as nossas atividades e aperfeiçoar as políticas públicas municipais.

Ao Professor Bruno Oliveira Alencar, pela capacidade de articulação e direcionamento, pela paciência em tantos momentos e por acreditar no produto que poderia advir deste trabalho.

*“Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei”*

(Cidade Negra)

RESUMO

O esporte e o lazer são vinculados como direitos sociais na Constituição de 1988, o que corresponde a entendê-los como necessidades humanas. Exigindo esforços múltiplos para a criação de políticas públicas que ofereçam de fato o desenvolvimento de suas práticas. No município de Itabirito, o órgão responsável por formular e executar políticas públicas de fomento ao esporte e ao lazer, sendo responsável pela promoção, coordenação, supervisão e manutenção de programas e projetos, é a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Com objetivo de incentivar a participação de crianças e adolescentes em diversas práticas esportivas orientadas e garantir o acesso ao desporto como exercício físico, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL) da Prefeitura Municipal de Itabirito (PMI) criou o programa “Escola de Esportes”. A criação do programa é sustentada pela diretriz de que a prática do exercício físico orientado, são ferramentas educacionais na formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Por meio de uma investigação realizada por aplicação de questionários em 2022 em alunos e pais vinculados à Escola de Esportes em projetos parceiros, buscou-se analisar a implementação do programa “Escola de Esportes” em sua estratégia de expansão de vagas e de polos de atuação. De um modo geral, os resultados apontaram que a expansão territorial das ofertas e de vagas contribuem para o maior acesso de crianças e adolescentes em práticas esportivas orientadas, contudo, existem outros fatores que foram descobertos com a análise e que serão levados em conta para as futuras estratégias da Secretaria.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Esporte; Prática Esportiva Orientada; Monitoramento e Avaliação; Escola de Esportes.

ABSTRACT

Sports and leisure are linked as social rights in the 1988 Constitution, which corresponds to understanding them as human needs. Demanding multiple efforts for the creation of public policies that offer the development of their practices. In the city of Itabirito, the agency in charge of formulating and executing public policies to promote sports and leisure, being responsible for the promotion, coordination, supervision, and maintenance of programs and projects, is the Municipal Secretariat of Sports and Leisure. Aiming at encouraging the participation of children and teenagers in several oriented sports practices and ensuring access to sports as exercise, the Municipal Sports and Leisure Secretary (SEMEL) of Itabirito City Hall (PMI) created the "Sports School" program. The creation of the program is supported by the guideline that the practice of oriented physical exercise are educational tools in the formation of citizenship and improvement of the quality of life of children and adolescents. Through an investigation carried out by applying questionnaires in 2022 to students and parents linked to the "Escola de Esportes" (Sports School) in partner projects, we tried to analyze the implementation of the program in its strategy of expanding the number of places and poles of action. In general, the results indicated that the territorial expansion of offers and vacancies contribute to greater access of children and adolescents to sports oriented practices, however, there are other factors that were discovered with the analysis and that will be considered for future strategies of the secretariat.

Keywords: Public Policies; Sports; Oriented Sports Practice; Monitoring and Evaluation; Sports School.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Descrição das práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito em setembro de 2019	24
Tabela 2: Número de crianças e adolescentes matriculados nas redes pública municipal e estadual de Itabirito/MG em 2021	24
Tabela 3: Descrição da árvore do problema	30
Tabela 4: Descrição das práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito em novembro de 2022	35
Tabela 5: Descrição das práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito em novembro de 2022	36
Tabela 6: Métodos e técnicas	42
Tabela 7: Número de alunos do programa Escola de Esportes e de projetos parceiros entrevistados.....	47

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa parcial da cidade em que os equipamentos destacados em azul representam os locais onde eram realizadas as práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer em setembro de 2019 ..	25
Figura 2: Teoria da Mudança para o Programa Escola de Esportes.....	31
Figura 3: Exemplo de Mapa de Processos e Resultados	32
Figura 4: Mapa de Processos e Resultados do Programa Escola de Esportes	33
Figura 5: Reunião realizada na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para apresentar o modelo do questionário e definir estratégias de aplicação.....	44
Figura 6: aplicação de questionários em uma turma de taekwondo da Escola de Esportes	46

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição dos alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros de acordo com o gênero da criança ou adolescente	48
Gráfico 2: Percepção dos alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros sobre a distância da residência e do local da oferta.....	49
Gráfico 3: Percepção de segurança dos alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros no deslocamento para as práticas esportivas orientadas	50
Gráfico 4: Percepção de segurança dos alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros no deslocamento para as práticas esportivas orientadas	50
Gráfico 5: Percepção de distância dos alunos da Escola de Esportes e de projetos parceiros em relação ao local do treino	51
Gráfico 6: Forma que alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros se deslocam até os treinos	51
Gráfico 7: Forma que os alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros retornam à suas residências	52
Gráfico 8: Realização de esportes, jogos ou brincadeiras por parte dos alunos nos próprios bairros em companhia dos amigos	52
Gráfico 9: Escolha pela oferta de prática esportiva orientada por parte dos alunos	53
Gráfico 10: Qual a motivação dos alunos para participar da Escola de Esportes e de projetos parceiros	54
Gráfico 11: Estruturas esportivas desejadas no próprio bairro de crianças e adolescentes participantes da Escola de Esportes e de projetos parceiros.....	54
Gráfico 12: Forma que a criança e adolescente pratica esportes ou alguma atividade física caso o bairro não tenha equipamento público de esportes e lazer	55
Gráfico 13: Percepção da importância do esporte para o próprio filho	56
Gráfico 14: Instalação em que ocorre o treino dos filhos	56

Gráfico 15: Percepção da importância em ter uma oferta esportiva próxima a residência do filho	57
Gráfico 16: A proximidade de uma oferta esportiva em relação a tomada de decisão	58
Gráfico 17: Avaliação sobre a condição de um equipamento público e possibilidades de distância	59
Gráfico 18: Percepção sobre o horário de realização das atividades do filho	60
Gráfico 19: Percepção da segurança em relação ao espaço em que o filho realiza os treinos	60
Gráfico 20: Percepção de qualidade em relação a estrutura em que o filho realiza os treinos	60
Gráfico 21: Aceitação na participação da pesquisa.....	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES E LAZER	16
2.1 Políticas Públicas de esportes e lazer no município de Itabirito	19
3. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS OFERTAS DO PROGRAMA ESCOLA DE ESPORTES	23
4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	37
4.1 Pesquisa realizada com usuários do Programa Escola de Esportes e projetos parceiros	39
4.2 Metodologia de pesquisa da análise da implementação do Programa Escola de Esportes	41
5. RESULTADOS	47
5.1 Análise dos questionários aplicados aos pais e responsáveis	55
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a prática de exercícios físicos é recomendada por especialistas para se obter uma vida saudável e não é privilégio de um grupo etário específico a necessidade de se manter ativo para o pleno equilíbrio do corpo e da mente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). Atualmente é possível encontrar os mais diversos exercícios a serem praticados, várias modalidades esportivas, aparelhos e acessórios que podem ser utilizados, desde os mais simples, como apenas um tênis e até os mais complexos e caros, como o automobilismo. Na constituição de 1988, o desporto e o lazer são elencados como direitos sociais, o que compreende entendê-los como uma necessidade humana que impõe mobilização institucional para a construção de políticas públicas que visem garantir as suas práticas (MAGALHÃES, 2019).

Existem duas distinções que são fundamentais entre os exercícios físicos esportivos: a primeira delas diz respeito sobre a prática esportiva orientada e a não orientada. Entende-se por prática esportiva orientada aquela em que um profissional qualificado acompanha e passa as instruções sobre os diferentes aspectos que envolvem o esporte praticado, definição substanciada em Coledam *et.al.* (2014, p. 534) “caracterizada como a realização de jogos com a utilização de regras regulamentadas por uma federação, podendo ter como objetivo a educação, o lazer, a saúde ou o rendimento”. É um exemplo de prática esportiva orientada: aulas de natação ou basquete, conduzidas por um profissional de educação física. No que lhe concerne, a prática esportiva não orientada ocorre quando, por conta própria, o indivíduo decide agir, sem que necessariamente se tenha o acompanhamento de algum profissional, como caminhada ou algum jogo amistoso entre amigos no final de semana. A segunda distinção diz respeito sobre atividade física e exercício físico, que oferece uma compreensão próxima às práticas esportivas orientadas.

De acordo com o Guia de Atividade Física para População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2021, os conceitos de atividade física e exercício físico podem ser entendidos da seguinte forma:

A atividade física é importante para o pleno desenvolvimento humano e deve ser praticada em todas as fases da vida e em diversos momentos, como ao se deslocar de um lugar para outro, durante o trabalho ou estudo, ao realizar tarefas domésticas ou durante o tempo livre. Os exercícios físicos também

são exemplos de atividades físicas, mas se diferenciam por serem atividades planejadas, estruturadas e repetitivas com o objetivo de melhorar ou manter as capacidades físicas e o peso adequado, além de serem prescritos por profissionais de educação física. Todo exercício físico é uma atividade física, mas nem toda atividade física é um exercício físico! (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021, p.5)

Com objetivo de incentivar a participação de crianças e adolescentes em diversas práticas esportivas orientadas e garantir o acesso ao desporto como exercício físico, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMEL) da Prefeitura Municipal de Itabirito (PMI) criou o programa “Escola de Esportes”. A criação do programa é sustentada pela diretriz de que a prática do exercício físico orientado, são ferramentas educacionais na formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes. A partir desta compreensão, Kravchychyn *et. al.* (2019) reforçam como a prática possui ligação de destaque em políticas públicas estratégicas para a população em geral, mediante a expectativa latente de que a sua operacionalização contribua na redução de índices negativos e favoreça ações sociais efetivas.

A SEMEL é o órgão responsável por formular e executar políticas públicas de fomento ao esporte e ao lazer, sendo responsável pela promoção, coordenação, supervisão e manutenção de programas e projetos. A sua missão é garantir o planejamento e a implantação de eventos esportivos e de lazer a fim de promover a prática esportiva, o incentivo às vocações atléticas na juventude, o conagraçamento social e a promoção da saúde, combatendo o sedentarismo e incentivando hábitos saudáveis de vida na população do município. Bem como, promover as relações sociais e culturais entre a sociedade em geral. Por meio de seus programas e projetos, as atividades da SEMEL impactam a vida de crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Além disso, a SEMEL é responsável pela gestão dos equipamentos públicos de esportes e lazer distribuídos em toda a cidade.

O programa Escola de Esportes está sob a coordenação do Departamento de Esportes (DE), no âmbito da Secretaria de Esportes e Lazer, responsável por coordenar as ofertas continuadas e programas de promoção da saúde do órgão. O programa começou a ser desenhado em fevereiro de 2021 como proposta de institucionalizar as atividades ofertadas pela SEMEL, almejando galgar o passo de uma política de Estado e não mais necessariamente uma política de governo, como sempre mostrou ser. As atividades são desenvolvidas por meio de metodologias

adequadas às diferentes faixas etárias, supervisionadas por profissionais especializados.

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2022/2025 da Prefeitura Municipal de Itabirito, estabelece uma série de metas a serem alcançadas por vinte secretarias temáticas, entre as quais encontra-se a SEMEL. No âmbito dos cinco indicadores estabelecidos no PPAG para monitoramento e avaliação da secretaria, dois deles dão ênfase à Escola de Esportes: porcentagem de alunos com deficiência atendidos na Escola de Esportes e taxa de participação de alunos da rede pública e privada na Escola de Esportes. Os indicadores possuem desdobramentos quantitativos, em razão do compromisso de um crescimento do número de atendidos pelas práticas esportivas orientadas da Secretaria. Nesse sentido, investigar maneiras de possibilitar o maior acesso do público-alvo na política é preponderante para alcançar as metas estabelecidas.

São muitas as amostras sobre o quão importante são os exercícios físicos, mas apesar dessa importância latente, não é difícil perceber que nem todos conseguem se engajar o suficiente na realização das atividades, deixando um desafio maior na compreensão do porquê isso acontece. Isso poderia ser visto de diversas ópticas, como o baixo interesse, a condição estrutural dos espaços para as práticas, a falta de mão de obra qualificada para operacionalização, orçamento público, entre outros. O objetivo deste trabalho foi investigar o programa Escola de Esportes para analisar os fatores que podem contribuir para a sua expansão, em número de vagas e em polos de atuação.

Entretanto, o problema abordado no trabalho é o baixo acesso de crianças e adolescentes em práticas esportivas orientadas que são ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do município de Itabirito, levando em consideração a distribuição territorial das ofertas. Para tal, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), será considerado criança a pessoa de até “doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). O fato de descrever problema do baixo acesso às práticas esportivas orientadas pressupõe que o mesmo poderia ser mais alto, e é exatamente essa lacuna que será investigada com o objetivo de criar diretrizes que consigam superar este problema.

Democratizar a prática esportiva orientada é assegurar a igualdade de acesso para todas as pessoas. E nesse aspecto, o diagnóstico do problema lança luz sobre

a distribuição territorial das ofertas como um fator para ampliar o acesso de mais crianças e adolescentes nas práticas esportivas orientadas da Secretaria e de parceiros que tenham algum laço institucional com a própria Secretaria.

O recorte temporal a ser tratado neste trabalho tem início no último trimestre de 2019, em razão do ingresso de uma nova gestão no poder público municipal em setembro do mesmo ano, em razão de uma eleição extemporânea acontecida no município. A partir disso, foi realizado um diagnóstico das ofertas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com a finalidade de compreender o número de usuários contemplados, os locais em que as ofertas são praticadas, as modalidades ofertadas e parceiros devidamente regulamentados que realizam ofertas semelhantes. O levantamento inicial tornou-se uma referência importante, pois os dois anos seguintes foram marcados pela grande influência da pandemia do Coronavírus em atividades presenciais e coletivas. Assim sendo, as atividades presenciais da Escola de Esportes foram interrompidas em março de 2020 e retornaram apenas em março de 2022.

O trabalho está organizado em 6 capítulos, sendo que, os capítulos 2, 3 e 4 trazem o referencial teórico que permitirá discussões em torno da pesquisa. O capítulo 2 trata sobre a formação das políticas públicas de esportes e lazer a nível macro e a nível municipal, apresentando também os tópicos para o desenho da Escola de Esportes como política pública municipal. O capítulo 3 discorre acerca da necessidade de democratização do acesso às práticas esportivas orientadas. O capítulo 4 demonstra a importância das políticas de monitoramento e avaliação, considerando quais foram os aspectos metodológicos escolhidos para orientar a pesquisa. O capítulo 5 apresenta os resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa realizada, proporcionando uma análise do que foi aferido e com alguns parâmetros comparativos. Por fim, o capítulo 6 apresenta as considerações finais e o fechamento do estudo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTES E LAZER

O conceito de política possui um entendimento amplo e com forte relação com o poder, sobretudo o poder em sua esfera de tomada de decisão. Sendo assim, qualquer organização pode adotar alguma “política” que proporcione deliberações e escolhas (MAGALHÃES, 2019). De acordo com Aranha e Martins (1992), a política deve ser entendida como a possibilidade de alterar o destino social a partir das relações que se criam entre os indivíduos. Ou seja, assume um papel antagônico ao posicionamento naturalista que admite que a história acontece independente da vontade dos homens. Através da política torna-se possível analisar fenômenos sociais e buscar soluções cabíveis para propor alterações em cada sociedade.

A atividade política institucional do Estado é um conjunto de respostas às necessidades da vida social forjadas pelos indivíduos ao longo das suas histórias, sob o prisma da construção das pautas coletivas e dos atendimentos de objetivos comuns. O que a torna relevante nas questões públicas sobre as individuais é a causa básica para o desenvolvimento de uma estrutura de poder, a superestrutura do Estado que ordena e disciplina a base social a que corresponde, identificável em suas instituições reguladoras: ministérios, conselhos, fóruns, secretarias, etc. (MAAR, 2012). Por isso, é preciso ter em mente a noção de políticas sociais, geralmente voltadas à garantia de direitos sociais.

As políticas sociais tratam dos princípios que garantem os direitos sociais, compostos e concretizados sob responsabilidade do setor público. Demonstra a relação existente entre Estado, a sociedade e os seus diversos fatores socioeconômicos. Isto é, tais direitos devem ser considerados como uma interlocução das relações existentes entre as classes de uma sociedade (GONÇALVES, 2010). Os direitos sociais, em grande medida, estão constatados na Constituição Federal de 1988, conhecida como constituição cidadã, que reconhece direitos a todos os cidadãos brasileiros, entre os quais constam o desporto e o lazer.

Conforme reconhecido na Constituição Federal de 1988 e em suas emendas constitucionais, é possível verificar a escolha de garantir e afirmar o desporto como direito social:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:
I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988)

As políticas públicas são ações do Estado na realização de um plano de governo, por meio de programas e projetos voltados a setores específicos da sociedade, com a finalidade de dar vida ao direito social concebido na Carta Magna (SOARES *et.al.*, 2018). As políticas públicas são criadas com a finalidade de transformar realidades sociais por meio de aparatos técnicos-administrativos, tendo fluxos e responsabilidades definidos (ROSA *et.al.*, 2021). De forma geral, elas são executadas sob o formato de um programa ou projeto governamental, desenhados a partir de investigações e análises que visam direcionar de forma assertiva os mais diversos recursos, para que as transformações sociais almejadas de fato sejam concretizadas.

As políticas públicas de esportes e lazer no país foram tratadas ao longo do tempo como não prioritárias, em razão das grandes desigualdades sociais existentes na história da população brasileira, que trouxeram outras necessidades à agenda governamental. A evolução das políticas de esportes foi subsidiada, na maior parte do tempo, sob a esteira de outras pastas temáticas dentro do arranjo governamental, como a cultura e a educação, o que pode configurar a sua baixa influência de poder nos rumos de tomadas de decisão para a promoção de programas e projetos.

Um breve contexto do esporte quanto ação estatal no Brasil é apontado abaixo:

(...) a história institucional do esporte brasileiro teve início no ano de 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/37, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (DEF/MEC). Em 1970, com a difusão da Educação Física e do Desporto, por intermédio do Decreto Nº 66.967 de 27 de julho de 1970, a Divisão foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC). Na sequência, em 1978, ocorre a transformação deste departamento em Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (SEED/MEC), que permaneceu atuando até 1989, ainda ligado ao Ministério da Educação. Em janeiro de 1990, durante o

governo do então presidente Fernando Collor de Mello, a SEED/MEC é extinta e cede lugar à Secretaria de Desportos da Presidência da República. Após o impeachment do presidente Collor em 1992, o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, perdendo o vínculo com a Presidência da República, com a Secretaria de Desportos. A partir de 1995, o esporte começa a ser mais priorizado, com a posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, sendo nomeado o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento - Pelé (1995 a 1998) e cabendo à Secretaria de Desportos do Ministério da Educação, prestar o apoio técnico e administrativo. Em março do mesmo ano, esta secretaria é transformada no INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, desvinculado do MEC e subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte. Em 31 de dezembro de 1998, durante o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, pela Medida Provisória nº 1.794-8 e o INDESP passa a ser vinculado a este órgão. Em outubro de 2000, o INDESP é extinto e em seu lugar é criada a Secretaria Nacional de Esporte (SNE), na estrutura do Ministério do Esporte e Turismo. Finalmente, em janeiro de 2003, no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva e criado o Ministério do Esporte. (NELZA; LIRA; 2019 *apud*. VERONEZ; GANZER; BLANK, 2013, p.01).

A Constituição brasileira de 1988 rompe paradigmas ao fazer a inclusão do esporte, compreendido neste trabalho como prática esportiva orientada, como um direito social. Existe a percepção de que, na formulação do texto constitucional, o esporte foi bem direcionado na Assembleia Constituinte. Entretanto, assegurar o direito ao seu acesso parece, com o passar dos anos, ser algo figurativo, assim como o desporto ofertado para crianças e adolescentes (ISAYAMA, 2019). Contudo, existe a percepção social de uma valorização de projetos e programas que trabalhem o esporte com crianças e adolescentes, sob a crença de afastá-las do mundo da criminalidade ou mesmo estimular o surgimento de um(a) novo(a) campeão(ã). Logo, há precedentes que apontam a valorização por grande parte da sociedade civil de projetos e programas de esportes. Projetos que foquem os seus trabalhos para crianças e adolescentes, com a ideia genérica de que uma nova geração está sendo trabalhada para o futuro, contando também com o auxílio do esporte nesta formação.

Em diversas teorias sistêmicas da sociedade global, a sociedade civil ocupa o espaço reservado à formação de demandas que se dirigem ao sistema político e às quais o próprio sistema por meio de suas instituições têm o dever de responder e ter a habilidade de dar retornos adequados e tempestivos (BOBBIO, 1986). Desta forma, como demonstra Magalhães (2019), as agendas públicas se destacam, pois vinculam como prioritárias determinadas demandas que alcançam o pretexto de atenção governamental, fazendo com que as ações estatais se concentrem nos setores cuja demanda social é, na opinião pública, maior.

A partir do conceito de agenda pública, dois pontos podem ser destacados. O primeiro deles diz respeito à capacidade de análise dos atores envolvidos na formação da agenda, uma vez que esta atenção analítica é um recurso limitado, pois são muitos os problemas sociais e as possibilidades de uma resposta governamental. O segundo ponto realça o problema social como uma construção coletiva, ou seja, são análises de situações que foram individualmente apontadas como problemas e, assim sendo, demanda algum tipo de ação prática (ROSA *et.al.*, 2021). Deste modo, a formação de agenda torna-se um processo dinâmico e conflituoso, de tal modo que a sua composição é fruto dos problemas sociais que recebem demasiada atenção de seus *stakeholders*¹, sobretudo os atores governamentais. Como bem aponta Rosa *et. al* (2021), o conceito de agenda pública demonstra como sendo uma condição social com percepção indesejada por determinados atores que tenham determinada capacidade de tomada de decisão, e que esta mesma situação indesejada deve ser enfrentada por meio de políticas públicas.

O papel dos municípios na operacionalização da agenda pública por meio de políticas é de grande relevância. Em várias ocasiões os governos federal e estadual não possuem meios necessários para realizar a gestão das atividades de esportes, ou então, possuem situação institucional fragilizada. Este é o cenário das atuais gestões federal e estadual (2019-2023), que suprimiram o status do esporte quanto ministério e secretaria, respectivamente. Dizem que se vive a nação e o estado na própria cidade, e é por tal proximidade que as prefeituras municipais desempenham papel de grande relevância na oferta do acesso ao esporte e lazer para o cidadão, quer seja estimulando ações públicas, parcerias público-privadas, ofertando espaços para as práticas de exercícios físicos, ou entre tantas outras ações possíveis. Nesse sentido, o próximo item será dedicado à apresentação das políticas públicas de esporte e lazer no município de Itabirito.

2.1 Políticas Públicas de esportes e lazer no município de Itabirito

A cidade de Itabirito se emancipou administrativamente e politicamente de Ouro Preto em 07 de setembro de 1923 e despontou desde os primórdios como um

¹ Grupo de pessoas que podem ser impactadas pelas ações de um empreendimento, projeto, negócios ou empresas.

polo de desenvolvimento econômico. Com o passar dos anos, a cidade se desenvolveu com a interferência direta da mineração, da siderurgia e do tear, empregando grande parte da população e atraindo migrantes de diversas localidades. As atividades esportivas na maior parte dos anos sempre foram tidas como uma ação recreativa e de entretenimento social, sendo um elemento da criação cultural e tendo forte relação com a tradição dos clubes sociais na cidade.

Como conjuntura histórica há de conciliar um fator importante para melhor compreensão sobre as políticas públicas de esportes no município de Itabirito. É perceptível que o processo de profissionalização das atividades físicas orientadas, capitaneado na ciência por meio da educação física, com o passar do tempo tornou-se um campo de estudo cada vez mais plural envolvendo outras áreas do saber e ganhando regularizações importantes. Historicamente os esportes estiveram em conexão com as escolas, alicerces de décadas. Contudo, existe também o apontamento de que nem sempre existiu um profissional com formação específica para ministrar as atividades, tanto na rede escolar quanto em outros tipos de ofertas públicas.

Para uma melhor compreensão das políticas públicas municipais de esportes e lazer, foram realizadas entrevistas com ex secretários e funcionários com ampla experiência no serviço público na temática em questão. Também foram realizadas consultas formais junto ao Gabinete do Prefeito, órgão responsável pelo arquivamento de decretos e de leis. O primeiro registro documental que proporciona análise sobre a política esportiva na cidade data do ano de 1979 segundo a Lei nº 1.068, ocasião em que ocorreu a reestruturação administrativa da PMI que contemplou em sua organização geral o Departamento de Educação e Cultura, tendo as suas responsabilidades preconizadas pela alínea III: “Incentivar por todos os meios as atividades esportivas, turísticas, recreativas e culturais no município” (ITABIRITO, 1979, pág. 97). A lei supracitada é revogada pela Lei nº 1.640 de 1990, que reorganizou a estrutura administrativa da Prefeitura de Itabirito após onze anos. A novidade é que com esse projeto de lei foi criado o “Departamento de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo”, considerando que “departamento” na ocasião tinha o status do que é hoje “Secretaria”. Dentro desta nova estrutura de organização também foi criada a “Divisão de Esportes e Lazer”, empoderando ainda mais a pauta.

De acordo com a lei que reorganizou a PMI, existiu os primeiros apontamentos institucionais para políticas de esportes e lazer na cidade:

1. Promover atividades esportivas no Município de Itabirito em suas diversas modalidades, entrosando-se e colaborando com as associações e em comum acordo com as ligas desportivas constituídas.
2. Administrar, controlar e fiscalizar as praças esportivas municipais, zelando pela sua conservação e manutenção, solicitando dos órgãos competentes a sua recuperação sempre que necessário.
3. Promover e programar competições e intercâmbios para motivar a comunidade à prática de atividades físicas e esportivas junto às entidades e associações locais;
4. Fazer respeitar o calendário oficial para as competições esportivas como atração turística.
5. Promover e proporcionar eventos de lazer, como: ruas de recreios, passeios ciclísticos e outros eventos de interesse da comunidade.
6. Entrosar-se com órgãos congêneres do Estado e da União visando a obtenção de recursos para a construção, manutenção e desenvolvimento do esporte e do lazer no Município. (ITABIRITO, 1990).

O ano de 1990 é um ponto relevante, pois é o momento incipiente sobre as estratégias para execução das práticas de exercícios físicos orientados ofertadas por uma repartição pública municipal do esporte. A partir dessa gestão que governou Itabirito entre os anos de 1989 a 1992 há então a descrição da temática “Esportes e Lazer”, com o surgimento das chamadas “escolinhas esportivas municipais”. O que, naquele momento, pôde ser entendido como práticas esportivas orientadas, juntamente com a interação de apoio às ações de voluntariado que existiam na cidade, segundo relato do ex-Secretário Municipal de Esportes e Lazer da época, o Sr. Paulo Carvalho. Desta forma, o ano de 1990 inaugura no município de Itabirito o que é denominado como a prática de atividade física orientada como uma oferta pública.

A próxima alteração de legislação aconteceu por meio da Lei nº 2055 de 23 de abril de 1998, fruto da disposição de uma nova organização administrativa da Prefeitura de Itabirito. Desse modo, a pauta dos esportes e lazer passou a ser inserida na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, tendo uma divisão sob seus cuidados, estrutura autônoma, a “Divisão de Desportos”. No ano de 2006, por meio da Lei nº 2511 foi feita outra organização administrativa na Prefeitura de Itabirito, de tal modo que pela primeira vez da história da cidade foi criada a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer é o órgão de assessoramento ao Prefeito na formulação e execução da política de fomento ao esporte e lazer, sendo responsável pela promoção, coordenação, supervisão e manutenção de projetos voltados para o esporte e lazer” (ITABIRITO, 2006).

Outras duas atualizações administrativas aconteceram nos anos seguintes, contudo o status de Secretaria foi preservado para a pauta dos esportes e lazer. Sob essa perspectiva, foi possível notar, pela fala de Paulo, o começo de uma iniciativa de se instituir a Escola de Esportes, ao afirmar que em 1989, quando assumiu a “Secretaria”, somente havia times de futebol da própria cidade, nada que a prefeitura fosse a principal força proponente. Nesse sentido, Rodrigo Rodrigues, que exerceu a mesma função em outro período, conta que ao assumir a pasta após uma gestão transitória, a qual perdurou por onze meses, as ofertas esportivas orientadas haviam sido paralisadas. Segundo ele, o esforço em sua gestão foi sempre o de proporcionar o acesso àqueles que mais precisavam.

A atual gestão da SEMEL segue com o status de Secretaria e com a responsabilidade de fomentar ações de incentivo ao esporte e lazer local. Diante das demandas comunitárias colocadas e dos problemas sociais apresentados, em setembro de 2019 surgiu a necessidade de se pensar na expansão de vagas e de polos das ofertas orientadas para crianças e adolescentes como ações prioritárias da agenda governamental. Além do fator de expansão, outra percepção foi a de que as ofertas orientadas possuem tradição no município. Contudo, se alternavam de acordo com os mandatos governamentais. Nesse sentido, identificou-se a possibilidade de desenhar a política para que tenha o encaminhamento para uma política de Estado.

A análise de que políticas de esportes são efetivas na promoção da saúde e contribuem na formação cidadão do público-alvo, ganham contornos ainda mais consistentes quando passam a figurar em instrumentos de gestão como o PPAG e no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), de tal modo que, garantindo orçamento para execução das estratégias, torna-se um avanço considerável para caminhar na implementação das ações.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS OFERTAS DO PROGRAMA ESCOLA DE ESPORTES

O acelerado desenvolvimento urbano das cidades tem se tornado um desafio para várias gestões públicas municipais. O crescimento desordenado, fruto de fenômenos como o êxodo rural, faz com que os serviços públicos não consigam acompanhar em pé de igualdade o surgimento de novos bairros e áreas de habitação. Conforme aponta Magalhães (2019), a própria alocação dos serviços em geral tende a se tornar mais centralizada, uma vez que a falta de planejamento faz com que áreas já constituídas consigam oferecer condições favoráveis para a implementação de determinada atividade, seja ela pública ou privada. Nos últimos 15 anos foram muitos os empreendimentos imobiliários construídos em Itabirito que caracterizaram o surgimento de novos bairros, considerando ainda o advento de muitas empresas com trabalhadores migrantes, a expansão territorial e habitacional é um registro importante da história recente da cidade.

Para a maioria da população em sua dinâmica social, a prática de algum exercício físico se dá no espaço urbano, quer seja em algum local privado ou público (MAGALHÃES, 2019). Os espaços privados são caracterizados em formatos como o de academias, clubes sociais, etc. Ao ponto que, os espaços públicos podem ser refletidos em quadras públicas, praças ou até mesmo na própria rua. Diante das possibilidades de acesso a um local para a prática de exercício físico por parte de crianças e adolescentes, um fator que pode ser analisado para verificar a motivação de manter a continuidade em determinada oferta está condicionado com a experiência do deslocamento até o local. Por mais que exista a valorização de ações de esportes voltadas a este público, compreender as condições de ir e vir pode ser um fator relevante para definir estratégias de implementação de atividades esportivas.

A gestão que assumiu a SEMEL em setembro de 2019, assim que ingressou, definiu como ação estratégica a realização de um diagnóstico sobre as ofertas da Secretaria, aferindo o número de beneficiários atendidos, a capacidade real de atendimento e os locais nos quais as atividades eram realizadas por crianças e adolescentes. Deste modo, chegou-se nos apontamentos apresentados na Tabela 1:

Tabela 1: Descrição das práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito em setembro de 2019

Modalidade	Número de usuários (crianças e adolescentes)	Possibilidade real de atendimento	Local de realização
Ginástica	150	150	Núcleo de Ginástica e Artes Marciais
Capoeira	47	90	Associação Comunitária do bairro Vila Gonçalo
Taekwondo	42	90	Núcleo de Ginástica e Artes Marciais
Karatê	56	90	Núcleo de Ginástica e Artes Marciais
Voleibol	25	60	Quadra do CEMI
TOTAL	320	480	-

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito/MG, 2021.

Diante de um diagnóstico prévio e levantamento bibliográfico, houve o entendimento sobre a necessidade de realizar alguma parametrização para compreender a que nível proporcional as ofertas da SEMEL impactavam o universo de crianças e adolescentes da cidade. Assim sendo, foi solicitado à Secretaria Municipal de Educação de Itabirito (SEMED) e à Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto informações sobre o número de alunos matriculados na rede pública de ensino, tanto a municipal quanto a estadual, para a verificação da porcentagem do atendimento pelas ofertas da Secretaria de Esportes e Lazer. Houve dificuldade no levantamento das informações das escolas particulares, mesmo contando com a interlocução da SEMED. Contudo, o município possui duas grandes escolas particulares, considerando um universo total de crianças e adolescentes da cidade, a rede pública de ensino representa um quantitativo extremamente superior, como apresentado na Tabela 2:

Tabela 2: Número de crianças e adolescentes matriculados nas redes pública municipal e estadual de Itabirito/MG em 2021

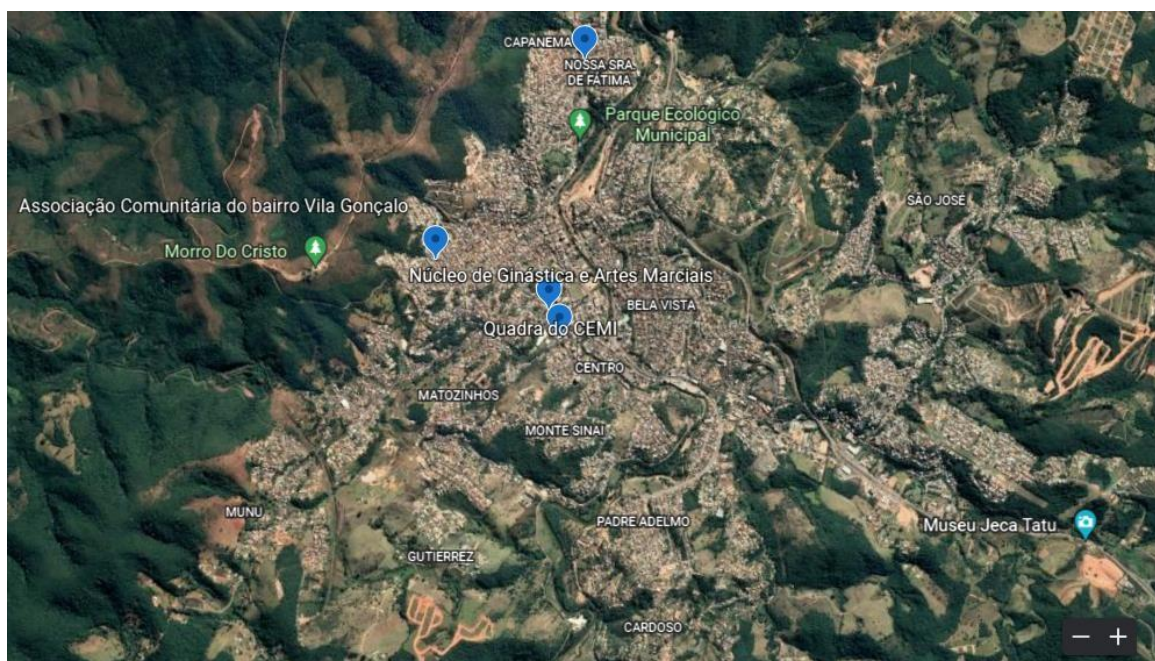
Rede Municipal	Rede estadual	Total
7.441	2.482	9.923

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Superintendência de Ensino – Regional Ouro Preto, 2021.

A partir da análise das informações, o número de crianças e adolescentes inscritos nas ofertas da SEMEL representa um quantitativo aproximado de 320

usuários em 4 núcleos de atividade no município: Quadra do CEMI (Centro Educacional Municipal de Itabirito), Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso, Núcleo de Ginástica e Artes Marciais e Associação Comunitária do bairro Vila Gonçalo. O número, na ocasião, representou aproximadamente 3,2% das crianças e adolescentes matriculados nas redes pública municipal e estadual do município e 65% do real potencial de atendimento por parte da SEMEL. Complementando a análise, considerando informações atualizadas levantadas junto a Secretaria Municipal de Urbanismo em setembro de 2020, a cidade possuía 57 bairros e 3 distritos rurais. Nesse sentido, percebe-se que as ofertas da Secretaria de Esportes e Lazer contemplavam aproximadamente 5,2% dos bairros da cidade, com a maioria das ofertas localizadas na região central do município.

Figura 1: Mapa parcial da cidade em que os equipamentos destacados em azul representam os locais onde eram realizadas as práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer em setembro de 2019



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2021.

Após analisar os dados levantados, apresentaram-se fortes pressupostos de que existem fatores que contribuem para a sustentação do baixo acesso de crianças e adolescentes às práticas esportivas orientadas ofertadas pela SEMEL. Foram avaliados aspectos como o não cumprimento da carga horária de trabalho dos profissionais contratados para operacionalizar a política, a condição estrutural dos espaços públicos para a realização das atividades, o quantitativo de material esportivo

disponível, entre outros tópicos debatidos constantemente nas reuniões da equipe. Diante das opções percebidas, a escolha do objeto analisado neste trabalho diz respeito sobre a distribuição territorial das ofertas como um fator de proporcionar maior acesso. Considerando também aspectos do próprio público-alvo da política, foi visto na literatura que questões como motivação e interesse de crianças e adolescentes possuem maior relevância de pesquisa, porém, questões sociodemográficas ainda não são tão exploradas, conforme é possível verificar:

Com relação à prática esportiva, no Brasil a literatura apresenta apenas fatores motivacionais que impulsionam a prática dos jovens. Ainda não foram investigados os fatores sociodemográficos, comportamentais e ambientais, como já descrito em outros países como Portugal, Dinamarca e Espanha (COLEDAM *et.al*, 2014, p. 534).

O conceito de território possui ramificação nos mais diversos ramos das ciências sociais e cada um deles traz consigo suas particularidades que definem seu alcance de atuação. Ademais, o conceito de território demonstra simbologias diversas, envoltas com a finalidade de traduzir o que é fato diante de relações complexas entre os vários atores sociais e a forma como estes articulam com o seu meio (PEREIRA, 2013).

As estratégias relacionadas à concepção de território têm sido relevantes para o Estado como conceito na agenda governamental, sobretudo nas propostas e intervenções de políticas públicas. O olhar das proporcionalidades espaciais da ação governamental é algo marcante nos instrumentos do planejamento estatal, de acordo com Pereira (2013), “as principais justificativas para as escolhas adotadas giravam em torno da busca por um desenvolvimento mais equilibrado regionalmente, com diminuição das desigualdades históricas que caracterizam os diferentes contextos territoriais no país” (PEREIRA, 2013, p.15). A dimensão espacial em relação às políticas denota, também, o interesse da gestão pública de criar mecanismos para trabalhar com o conceito da descentralização dos serviços públicos, como estratégia de proporcionar uma melhor aproximação e eficiência dos próprios serviços perante os cidadãos.

Os grandes centros urbanos, como característica de descentralização das ações governamentais, realizam uma divisão estratégica dos bairros em regionais, estabelecendo administrações específicas em cada uma, passando a ter assim uma função relevante na elaboração e no planejamento de políticas públicas. Em uma cidade do porte de Itabirito ainda não se estabeleceu a mesma estratégia de

organização das regionais, apesar de constar no senso comum e na própria agenda governamental iniciativas que visem qualificar um conjunto de bairros dentro de uma mesma percepção social, ou seja, de uma forma não convencional se tem uma organização de bairros em pequenas regiões a partir do senso comum. Todavia, é perceptível o interesse de se trabalhar com a descentralização dos serviços e equipamentos públicos por conta do notável crescimento do município. Nesse sentido, vale considerar que a proposta da descentralização dos serviços confere o objetivo de facilitar a leitura do poder público diante dos territórios, os quais possuem particularidades e, ao mesmo tempo, cria um mecanismo de retroalimentação do serviço no contato com o cidadão, essa relação tende a oferecer um melhor diagnóstico de realidades e garantir o acesso de mais pessoas a serviços e equipamentos públicos (BRONZO, 2004)

O conceito de território para o desenvolvimento de políticas públicas a nível nacional é perfeitamente aplicável para retratar as possibilidades de realizar análises a nível municipal. A caracterização de território permite identificar que os bairros são objetos de relevância, em razão de serem formas em que o espaço da cidade é organizado, proporcionando o planejamento de diversos serviços públicos e privados, como: linhas de transporte público, equipamentos da assistência social, da saúde, ações promocionais da entidade de representação empresarial, etc. De acordo com Bezerra (2011), os vários significados de bairro podem traduzir um entendimento de que este seja compreendido como uma unidade espacial. Contudo, há de ponderar a complexidade em sua definição, sobretudo pela ampla dinâmica social incutida em sua realidade.

Em face da compreensão de que o termo bairro pode ser analisado de forma ampla, o entendimento proporcionado por Alencar (2011) traz a junção necessária para conectar a estratégia de que descentralizar a oferta de prática esportiva orientada poderá ser um instrumento que irá proporcionar o aumento do acesso de crianças e adolescentes. O conceito de território é trabalhado no sentido de fortalecer as compreensões simbólicas que contornam o significado de bairro, pois há o pressuposto que as experiências vivenciadas pelos moradores deste espaço criam um sentimento de pertencimento que imbrica a própria história do indivíduo com o próprio território, podendo ser para o bem ou para o mal. Segundo o estudo apontado por Bezerra (2011), existe a preocupação com a questão da identidade do indivíduo a esta unidade espacial chamada de bairro, e para além da identidade que pode reforçar

o aspecto cultural, também leva-se em conta as facilidades de ter uma oferta perto da própria residência, diminuindo tempo de deslocamento ou mesmo proporcionando maior percepção de segurança.

Nesse sentido, há de se atentar que:

Além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o “sentimento de localidade” existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. [...] O que é bairro? - perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - Bairro é uma naçãozinha. - Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras (Alencar, 2011, p. 23 *apud* Sousa, 1987, p. 57-87, grifo do autor).

Conforme é possível verificar, a descentralização de serviços a partir do conceito de território é um elemento a ser explorado na conjuntura. A fim de proporcionar o aumento do número de crianças e adolescentes nas práticas esportivas orientadas da SEMEL, uma vez que existindo a divisão da cidade em bairros e distritos, destaca assim a construção histórica e social que dá expressão humana e política ao espaço. Pereira (2013) proporciona ótima análise do que um território caracteriza nas relações humanas, pois aponta como sendo uma “estrutura de uma sociedade relacionada com seu ambiente, cria instituições, economias, relacionamentos e redes, e converte os elementos de identidade local em uma energia social no processo de desenvolvimento endógeno” (PEREIRA, 2013, p.14).

A partir da premissa de pensar o território como uma estratégia de proporcionar maior acesso de crianças e adolescentes nas ofertas esportivas orientadas, estabelece assim a relação de bairros e distritos da cidade com os seus respectivos cidadãos, pois são espaços de construção social e que estão em constante transformação. Vale também considerar que Itabirito possui uma tradição relevante no fortalecimento das políticas de bairros, são muitas as associações de bairros e as festividades que acontecem nos próprios territórios. Assim sendo, existem condicionantes que apontam que a estratégia de aumentar o número de vagas e criar novos polos de atuação da Escola de Esportes poderão contribuir para aumentar o acesso de crianças e adolescentes em práticas esportivas orientadas. Tornando-se um atrativo para simplificar o deslocamento de crianças, adolescentes e respectivos responsáveis, além de trazer outros elementos, como a percepção de segurança na ida e na volta dos usuários.

O governo é o agente da atividade política de um Estado, responsável por impor as condições e as exigências do mesmo (MAAR, 2012). A construção de uma política pública também compreende sobre a capacidade de cumprir determinados ritos presentes em ampla teoria. Neste aspecto, Secchi (2017) destaca que uma das fases iniciais da formulação de uma política é a identificação do problema público. Considerando que algumas bases técnicas já foram pactuadas para a formulação do Programa Escola de Esportes (a promoção da saúde e o uso do esporte como um instrumento de transformação social), cabe aprofundar sobre os condicionantes que podem interferir em sua expansão territorial.

Um método difundido para ser instrumento da identificação do problema público é a “Árvore de Problemas”. A árvore de problemas além de permitir o estímulo de um debate ampliado de conjuntura, também oferece boa representação visual que colabora para o processo de formulação. Segundo Gabrielli *et. al* (2021, p. 59) “ela oferece uma representação gráfica de uma situação-problema (tronco), suas principais causas (raízes) e os efeitos negativos que ela provoca na população-alvo (galhos e folhas)”. Vale reforçar a distinção que existe entre causa e efeito, a causa do problema diz respeito sobre os fenômenos que o geram, que contribuem para a sua perpetuação, uma vez que os efeitos são a forma como os desdobramentos do problema podem ser percebidos pelas pessoas (GABRIELLI, *et.al.*, 2021).

Considerando os pontos levantados, foi desenvolvida a árvore de problemas para o programa Escola de Esportes, conforme é possível verificar na Tabela 3:

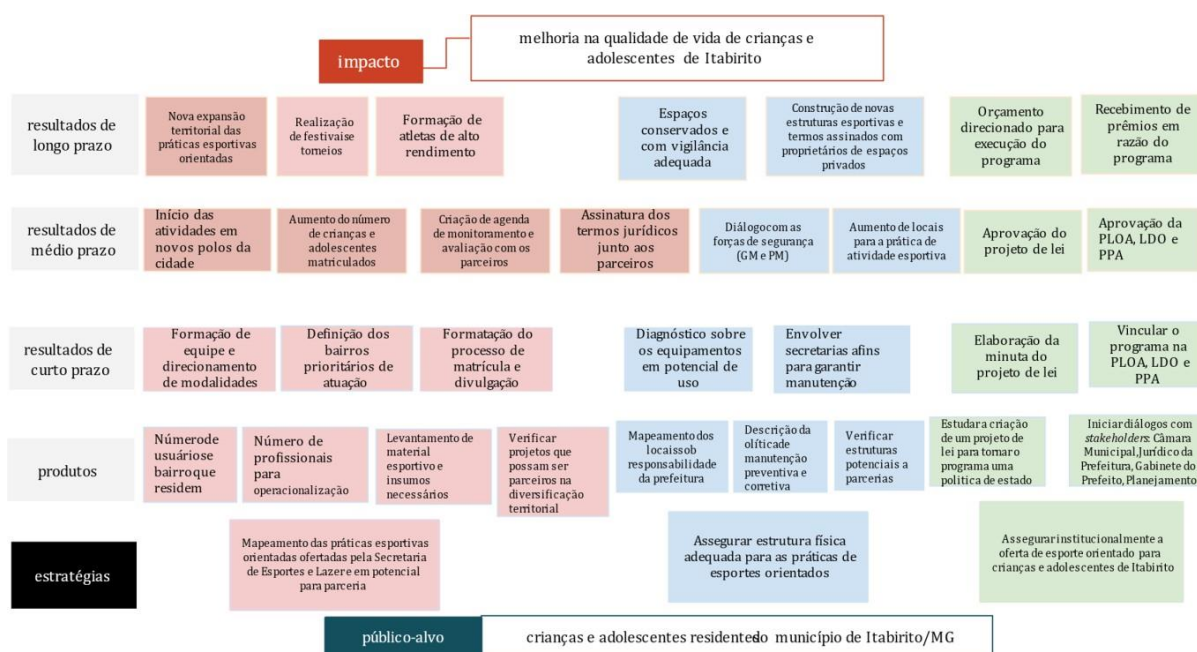
Tabela 3: Descrição da árvore do problema

CONSEQUÊNCIAS DO PROBLEMA	<ul style="list-style-type: none"> • Mais crianças e adolescentes sedentários; • Mais crianças e adolescentes vulneráveis a mazelas sociais como a criminalidade; • Perda de algum futuro atleta com potencial para a profissionalização; • Aumento de problemas de saúde de crianças e adolescentes; • Comprometimento do desenvolvimento motor de crianças e adolescentes; • Crianças e adolescentes sujeitas a treinamentos com pessoas sem a formação adequada, correndo o risco de lesão ou reproduzir movimentos repetitivos inadequados; • Mal uso dos espaços públicos de esportes e lazer localizados em territórios não centrais;
PROBLEMA PÚBLICO	Baixo acesso de crianças e adolescentes nas práticas esportivas orientadas da Secretaria de Esportes e Lazer
RAIZ DO PROBLEMA	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de profissionais aptos a operacionalizar a política; • Falta de profissionais com formação adequada para ministrar as atividades; • Percepção de não valorização na remuneração de profissionais formados aptos a operacionalizar as atividades; • Falta de interesse do público-alvo em participar das ofertas; • Alto consumo de telas e do que a internet pode oferecer; • Falta de habilidade dos profissionais em deixar os treinos atrativos; • Falta de locais apropriados para a realização das atividades; • Falta de material esportivo para a operacionalização das atividades; • Falta de ofertas públicas de prática esportiva orientada próximas aos locais em que residem crianças e adolescentes; • Falta de recursos por parte dos responsáveis de crianças e adolescentes para arcar com os custos de possível deslocamento; • Falta de interesse do poder público em colocar a pauta na agenda governamental; • Dificuldades em garantir o transporte continuado para que os profissionais da Secretaria possam se deslocar para os polos; • Falta da percepção de segurança nos locais em que as ofertas possam ocorrer; • Falta de vigia ou zelador nos espaços aptos a realização das atividades; • Falta de manutenção continuada nos espaços aptos a realização das atividades; • Falta de confiança de pais/responsáveis na liberação dos filhos para a participação das ofertas;

Fonte: Secretaria de Esportes e Lazer de Itabirito, 2022.

Dando sequência na estruturação do Programa Escola de Esportes como política pública, outra decisão tomada pela gestão da SEMEL foi a construção de uma Teoria de Mudança, ferramenta relevante para a formulação de uma política, apoiando os processos de planejamento e avaliação de programas sociais. O objetivo central de uma Teoria de Mudança é proporcionar uma análise de causalidade de atividades e produtos, em um processo guiado que contempla a presença de fatores internos e externos a determinado órgão ou organização, permitindo visões de curto, médio e longo prazo (BRANDÃO; RIBEIRO, 2013)

Figura 2: Teoria da Mudança para o Programa Escola de Esportes



Fonte: Secretaria de Esportes e Lazer, 2022.

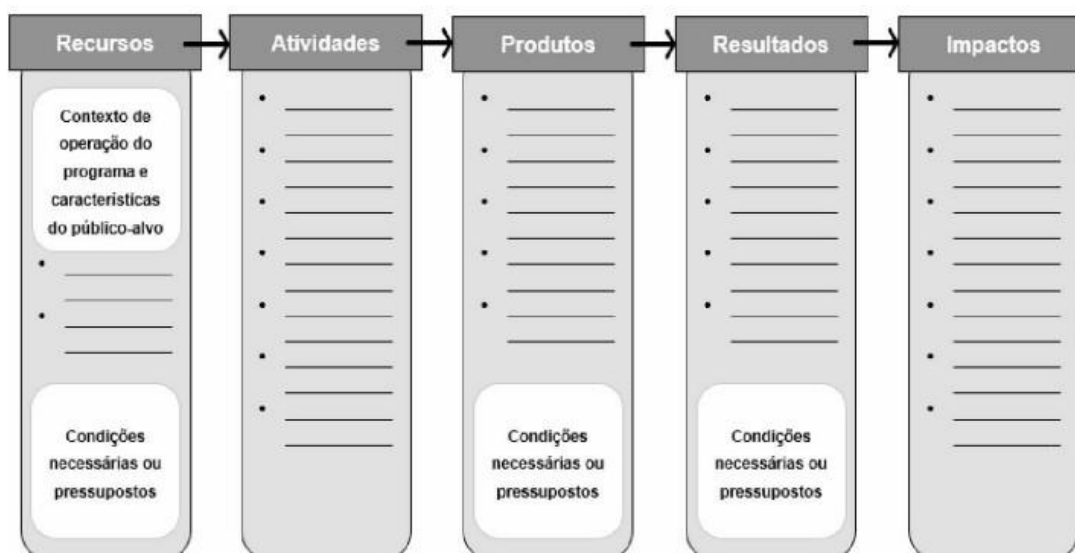
Para o desenho e o planejamento de programas, de acordo com Costa (2019), "o modelo lógico funciona como um instrumento de planejamento para desenvolver a estratégia do programa e para apresentá-la de forma clara para os interessados" (COSTA, 2019, p.29). Nesse sentido, cabe a decisão de escolher o modelo lógico como instrumento de desenho do programa, que para além de contribuir na formulação, terá também papel importante já na implementação, em razão da sua capacidade de contribuir na identificação e na coleta das informações necessárias para monitorar e aprimorar o programa. Assim sendo, é possível perceber que não há

um modelo lógico engessado quanto a sua estrutura, constando variações, de acordo com o autor, sobre o respectivo processo de elaboração e as questões que pretendem ser respondidas (COSTA, 2019). O presente trabalho utilizará como base o modelo proposto por Jannuzzi (2016), intitulado de Mapa de Processos e Resultados (MaPR). O mapa:

Demonstra a cadeia relacional de como, em dado contexto, os insumos aportados viabilizam a realização de atividades nos programas que, por sua vez, geram 'entregas' na forma de produtos, serviços e benefícios. Sob certas condições, estes últimos produzirão resultados concretos para os públicos-alvo do programa e impactos mais gerais na sociedade (JANNUZZI, 2016, p. 20).

Abaixo é possível verificar uma descrição por meio de imagem sobre a proposta de Jannuzzi:

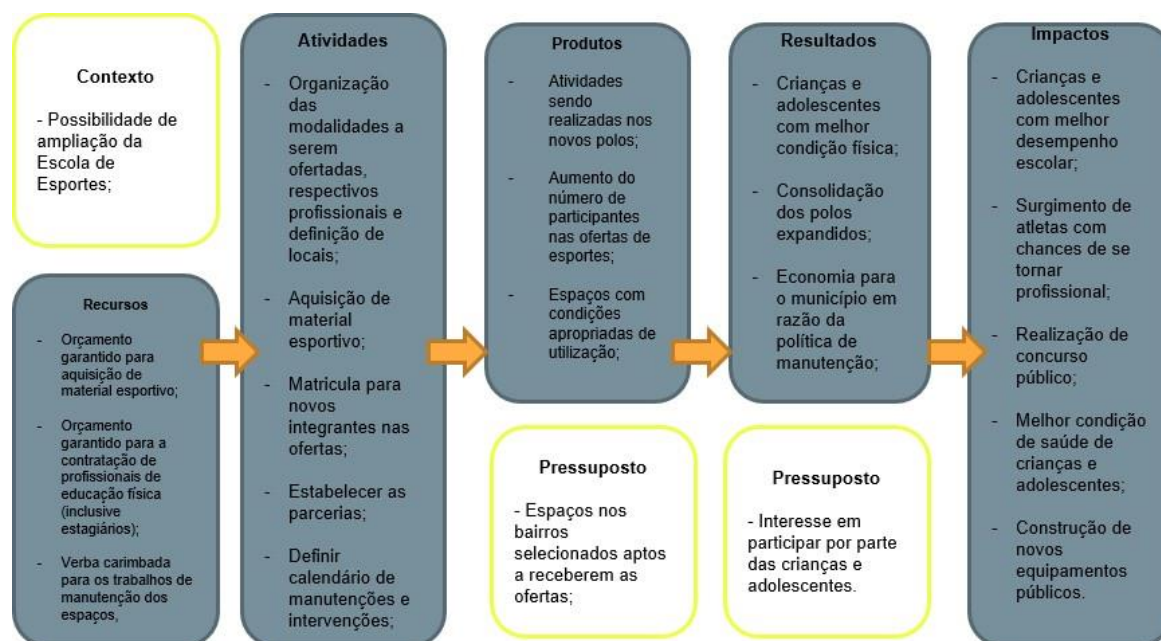
Figura 3: Exemplo de Mapa de Processos e Resultados



Fonte: Paulo de Martino Jannuzzi, Monitoramento e Avaliações de Programas Sociais: uma introdução a conceitos e técnicas, 2016.

A partir do exemplo exposto, foi feita a construção do Mapa de Processos e Resultados voltado para a realidade do programa Escola de Esportes, conforme é possível verificar:

Figura 4: Mapa de Processos e Resultados do Programa Escola de Esportes



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

A utilização dos instrumentos para o desenho da política pública em questão é algo pioneiro no município em relação ao esporte. E utilizar estas ferramentas possibilitou reuniões de equipe bem fundamentadas e o desenvolvimento de estratégias alinhadas às metas estabelecidas no PPAG. O desenho do programa vai de encontro ao que é tratado por Scaglia (1996), pois o trabalho proposto da Escola de Esportes procura visar além do desenvolvimento e aprendizado da modalidade esportiva, a promoção da saúde e da condição física. O objetivo é, também, a aquisição de hábitos e condutas motoras (ampliando-se o repertório motor), e o entendimento do esporte como um fator cultural (humano), estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade. São aspectos desenvolvidos que possuem boa repercussão social e que retratam aparente valorização por políticos e sociedade civil, o que causa melhor aceitação do programa dentro da agenda governamental.

A partir da identificação do problema e verificando as suas causas e consequência, uma etapa a ser cumprida consiste em escolher os objetivos de intervenção. De acordo com Bronzo (2004), a corrente de problemas, causas e efeitos da Árvore de Problemas se transforma em corrente de meios e fins na Árvore de Objetivos, com a afirmação propositiva de o que se objetiva com o projeto”

(BRONZO, 2004, p.76). Em resumo, a compreensão é de que as condições tidas como negativas da árvore de problemas se transformem em condições almejadas em soluções e que também sejam factíveis. Considerando as informações contidas nos levantamentos realizados, a SEMEL como tomada de decisão estratégica, definiu a expansão do número de vagas das ofertas existentes e a criação de novos polos de atuação na cidade. Outro ponto considerado foi a articulação de parcerias com projetos implementados no município pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual e Federal, em razão de possuir uma caracterização muito semelhante ao que é a Escola de Esportes. Os projetos necessariamente precisam contratar profissionais aptos a desenvolver práticas orientadas e que estão sob a tratativa do controle social e governamental. Por fim, em alguma medida os projetos desenvolvidos criam algum tipo de parceria com a SEMEL, como a necessidade de autorização de algum espaço público sob a coordenação da SEMEL. Nesse sentido, foi desenvolvido a estratégia em conjunto com os parceiros habilitados para a expansão de vagas e de território das ofertas.

As ações estratégicas, já sendo executadas pela SEMEL, iniciaram em março de 2022, ocasião em que a pandemia de Coronavírus ofereceu condições para que ações presenciais e coletivas pudessem ser desenvolvidas. Deste modo, criou-se estratégias de divulgação nas redes sociais e nas escolas municipais e estaduais da cidade, para atingir o público-alvo da política. As atividades presenciais retornaram já na primeira semana de abril, expondo um novo cenário de polos de atuação e do número de matriculados. Considerando as reuniões realizadas com a equipe de professores que executam a política, foi percebido que o período de isolamento de crianças e adolescentes, fez com que o desenvolvimento motor dos próprios e a motivação de se manter frequente nas atividades ficassem comprometidos, sendo mais um desafio a ser superado para aumentar a adesão.

Deste modo, levando em consideração o desenvolvimento das atividades ao longo do ano, para efeito de análise desta pesquisa, será considerado o quadro atualizado até o mês de novembro das atividades da Escola de Esportes e dos parceiros envolvidos na oferta de práticas esportivas orientadas.

Tabela 4: Descrição das práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito em novembro de 2022

Modalidade	Público atendido	Possibilidade real de atendimento	Local de realização
Ginástica	120	150	Núcleo de Ginástica e Artes Marciais
Capoeira	10	40	Núcleo de Ginástica e Artes Marciais
Capoeira	10	40	Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso
Taekwondo	25	55	Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso
Taekwondo	278	290	Escola Municipal Laura Queiróz
Taekwondo	20	30	Núcleo de Ginástica e Artes e Marciais
Karatê	45	50	Núcleo de Ginástica e Artes Marciais
Karatê	35	40	Escola Municipal Manoel Salvador de Oliveira
Futsal feminino	18	40	Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso
Futsal masculino	34	80	Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso
Futsal masculino	57	94	Quadra de Esportes do bairro Santa Efigênia
Handebol misto	22	42	Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso
Voleibol misto	77	112	Quadra do CEMI
Iniciação esportiva	60	80	Núcleo de ginástica e artes marciais / Quadra do CEMI / Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso
TOTAL	811	1143	-

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito/MG, 2022.

No que diz respeito aos projetos parceiros, o quadro de beneficiários e locais de execução é percebido da seguinte forma:

Tabela 5: Descrição das práticas esportivas orientadas ofertadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito em novembro de 2022

Modalidade	Número de crianças e adolescentes atendidos	Organização responsável	Local de realização
Futsal masculino	90	Minas Tênis Clube	Quadra de Esportes do bairro Santa Efigênia / Quadra de Esportes do bairro São José
Judô (masculino e feminino)	44	Fundação Aleijadinho	Associação Comunitária do bairro Quinta dos Inconfidentes
Judô (masculino e feminino)	22	Fundação Aleijadinho	Ginásio poliesportivo Pedro Cardoso
TOTAL	156	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Itabirito/MG, 2022.

Estabelecido o desenho e condicionando as métricas, trabalhar o monitoramento e avaliação torna-se um imperativo para seguir com as fases de uma política pública. E para além deste componente teórico, o monitoramento e a avaliação permitirão análises adequadas para a gestão da SEMEL, além do que também irão contribuir para as políticas de transparência da secretaria.

4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O monitoramento e a avaliação representam, cada vez mais, práticas indispensáveis à gestão de políticas públicas, o que vale para todos os níveis da federação. Aferir continuamente os seus resultados quantitativos e qualitativos é um compromisso necessário para compreender se os esforços empregados estão sendo suficientes para que os efeitos idealizados inicialmente estejam sendo alcançados. Além de conferir a possibilidade de confrontar o planejado com o executado, o processo de monitoramento e avaliação permite a análise daquilo que somente a *práxis* oferece, a experiência do real, concreta, considerando assim os fatores percebidos a partir da execução do plano de trabalho.

De forma conceitual, a avaliação em políticas públicas pode ser compreendida como um instrumento que capacita uma tomada de decisão. Conferindo, assim, um melhor conjunto de informações aos governantes para que escolhas sejam feitas e elaborem-se mecanismos de prestação de contas sobre os projetos e programas (ALA-HARJA E HELGASON, 2000). A avaliação, segundo Araújo e Boullosa (2009), é um processo amplo que envolve o juízo de valores de quem coordena e de quem participa da avaliação, assim sendo, o processo avaliatório é algo que envolve diversos atores e subjetividades por meio de suas metodologias de aplicação.

O monitoramento corresponde a uma importante etapa avaliativa, diz respeito ao processo de acompanhamento de projetos e programas e busca verificar o desempenho dos mesmos. Além de conferir possibilidades de ajustes de percurso ou mesmo sustentar estratégias e ações exitosas. É o processo de acompanhamento sistemático que permite verificar a implementação e a execução de determinada política pública, possibilitando também a verificação das hipóteses, que até então constavam a nível de planejamento (ARAÚJO E BOULLOSA, 2009). O monitoramento e a avaliação são processos que se complementam. Enquanto o primeiro analisa o processo sustentado pelo o que consta no plano de trabalho, o segundo propõe uma reflexão acerca dos resultados e impactos do programa

Para que os processos de monitoramento e avaliação galguem êxito, se faz necessária a capacidade de produção de indicadores, como condição básica. Afinal de contas, são eles os responsáveis por gerar conteúdo capaz de ser analisado e aferido. Os processos precisam de referenciais com os quais se criam possibilidades de parametrização, que possibilitem verificar se há avanços, retrocessos, crescimento

ou diminuição. E é exatamente nesta toada que os indicadores cumprem uma responsabilidade importante nas políticas públicas, pois analisá-los é uma condição de proporcionar consistência a projetos e programas.

A definição de indicadores pode ser compreendida da seguinte forma:

Indicador é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). (JANNUZZI, 2001, p. 15)

O monitoramento e a avaliação constituem uma das três fases do ciclo de uma política pública: 1) formulação; 2) implementação, e após as fases de monitoramento e avaliação; 3) o aperfeiçoamento (MAGALHÃES, 2019). Essas etapas são interdependentes e cumprem um roteiro dinâmico, não são ações necessariamente lineares. Isso porque ao longo de seus processos são envolvidos diversos atores sociais, quer seja na esfera governamental e até mesmo na sociedade civil.

A trajetória das políticas públicas de esportes no Brasil ganhou um bom destaque a partir de 2003 com a criação do Ministério do Esporte. E, nesse sentido, foram criadas condições institucionais para a implementação de ações de monitoramento e avaliação a partir do nascimento de programas da própria pasta. O Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC) foi um dos exemplos de políticas públicas idealizadas pelo Ministério do Esporte e que criou um vasto conteúdo de monitoramento e avaliação. Diante de uma temática que precisa galgar o seu espaço na disputa política institucional, realizar ações que deem concretude a programas e projetos torna-se preponderante para garantir orçamento e representatividade nos espaços de tomada de decisão.

Na realidade vivenciada pela Prefeitura Municipal de Itabirito, não existe um órgão estabelecido para realizar o monitoramento e avaliação das políticas públicas locais. Existe uma comissão que se propõe a fazer esse serviço, associada à Lei nº 13.019 de 2014, conhecida como o marco regulatório do 3º setor, que na composição dos seus artigos exige, por parte do poder público municipal, criar uma comissão que tenha condição de acompanhar continuamente a execução do plano de trabalho das organizações que estabeleceram algum nível de parceria com o poder público. E, ao final do exercício, verificar se os resultados estipulados foram alcançados. Contudo, na questão de ordem prática, a comissão não consegue se aprofundar nas análises e

dá a entender que ela cumpre um papel simbólico e sem a devida eficácia do que foi concebido em lei.

No que tange às políticas públicas municipais de esportes e lazer, não há registro histórico que aponte, de forma institucional, a criação de algum órgão ou mesmo estratégias de monitoramento e avaliação para a pasta. Existem políticas públicas que foram constituídas, inclusive, sobre o parâmetro de um projeto de lei, como o Bolsa Atleta. Contudo, não existiram ações que pretendessem aferir o desenvolvimento dos planos de ação e mesmo dos resultados. O objetivo com esse trabalho também é o de fortalecer as estratégias institucionais que buscam realizar o monitoramento e avaliação. Criando, então, condições de fortalecer a possibilidade do desenho de políticas públicas com as características da própria cidade. A percepção geral é que as políticas públicas que conseguem demonstrar resultados e análises de processos estão ancoradas em ações que partem do governo federal ou do governo estadual. Assim sendo, o desenho e as ações de determinada política pública estão sob a responsabilidade de órgãos superiores, cabendo ao município a execução das estratégias e transmissão de dados para contribuir nos processos de monitoramento e avaliação.

Com o intuito de estabelecer condições de realizar o monitoramento e avaliação do Programa Escola de Esportes da SEMEL, foram desenvolvidas estratégias para coletar informações do público-alvo da política por meio de metodologias específicas. Para além de desenvolver ações de levantamento de dados, há de considerar o envolvimento de boa parte da equipe da SEMEL no processo de construção dos questionários e dos objetivos a serem alcançados com a pesquisa, entre corpo gestor e profissionais que executam a política. Neste sentido, entende-se como a criação de uma cultura avaliativa e de profissionalização para as ações relacionadas às políticas públicas da própria pasta.

4.1 Pesquisa realizada com usuários do Programa Escola de Esportes e projetos parceiros

É preciso reconhecer que uma das premissas do poder político é que, a legitimidade de seu exercício só é possível em contextos de amplo diálogo entre governantes e governados (MAAR, 2012). Tais diálogos alicerçam a democracia e devem ocorrer em múltiplas situações, como adoção da estratégia de gestão

participativa. O momento decisivo na aquisição de significado político reside na capacidade de dirigir coletivamente os interesses sociais específicos como objetivos políticos amplos (MAAR, 2012). Pensando assim, a vida institucional é um reflexo da vida social e por este motivo a criação de mecanismos de avaliação interessa à gestão pública. A Avaliação serve para investigar realidades, considerando também os apontamentos de quem é participante de determinada política pública.

A reunião num coletivo de individualidades diferentes precisa ser baseada no respeito à diversidade dos interesses isolados, criando-se assim uma nova dimensão social, é o significado político com o sentido humano. Quando reunidas para discutir e definir algo que tenha relação com os seus problemas objetivos, este exercício político permite uma interiorização subjetiva destas questões, afetando-o em outras circunstâncias de seu cotidiano, possibilitando mobilização conjunta em torno de aspectos comuns (MAAR, 2012). Araújo e Boulosa (2009) destacam a importância da participação cidadã nos processos de avaliação e monitoramento, no sentido de causar uma interação capaz de fortalecer as políticas e demonstrar por vias práticas a importância de uma construção coletiva. Fortalecendo a visão dos diversos juízo de valores envolvidos em um processo avaliativo e que devem ser considerados.

Nesse sentido, tem-se como metodologia de monitoramento e avaliação os métodos quantitativos e qualitativos, com a premissa de enriquecer os critérios de análise. Segundo Cunha e Soares (2018):

Os métodos qualitativos (*qual*) caracterizam-se pela natureza teórica e não numeral dos dados, que são obtidos por meio de observação direta, de relatos e depoimentos de grupos ou informantes-chave, de documentos e textos ou de outras fontes de informação. (CUNHA; SOARES, 2018, p.31)

Ainda em consonância com as autoras, enriquecendo a percepção a respeito dos métodos, entende por métodos quantitativos:

Os métodos quantitativos (*quant*) caracterizam-se pelo emprego da quantificação, tanto na coleta de dados quanto em seu tratamento por meio de técnicas estatísticas, das mais simples às mais complexas. A análise toma como base dados objetivos (numéricos) sobre algo que se pretende conhecer melhor, por exemplo as características de determinada população. As informações geralmente são obtidas pela coleta de dados, por meio de instrumentos próprios, como os questionários (CUNHA e SOARES, 2018, p. 52).

Os questionários aplicados tomaram como base a possibilidade dos usuários e de seus respectivos responsáveis serem participantes a partir de percepções da qualidade da própria oferta. E, também responder alguns apontamentos que demonstrem o ponto de vista sobre deslocamento e distância das ofertas. O intuito é, também, investigar as questões relacionadas ao território. Deste modo, os próximos tópicos apontarão o formato em que os questionários foram desenvolvidos e as estratégias de aplicação.

4.2 Metodologia de pesquisa da análise da implementação do Programa Escola de Esportes

Os dois últimos capítulos exploraram os conceitos de avaliação de políticas públicas. Neste trabalho em específico, o conceito de avaliação não alcança o entendimento do que se tem de sua aplicação sobre as políticas públicas, segundo consta a teoria. Uma avaliação de política pública seria algo mais complexo, com mais rigor metodológico do que consta neste trabalho de pesquisa. Contudo, este não é um fator que anula a importância do que está sendo desenvolvido e a possibilidade de gerar um produto relevante para a administração pública de Itabirito, sobretudo no que tange à pasta de esportes e lazer.

A análise metodológica caminhará para pensar a implementação das estratégias de descentralização do programa Escola de Esportes, considerando os dois anos em que a energia foi voltada para o desenho da política. Além de estar conciliada à tentativa de esperar por um período em que a pandemia de Coronavírus possibilitasse o retorno presencial das atividades esportivas. Certamente verificar os aspectos de implementação criará condições para o monitoramento e aperfeiçoamento contínuos da política pública em questão, possibilitando, em um futuro próximo, desenvolver ações de avaliação com o devido rigor técnico que assim merece.

Conforme apontado, a proposta do trabalho será a realização de uma análise de implementação. Nesse aspecto, compreende-se como análise de implementação:

A análise de implementação busca responder se a intervenção está sendo implementada da melhor forma possível dado o contexto em que ocorre, se os atores agem como esperado, se os beneficiários estão sendo atingidos e respondendo à intervenção, se houve ou é necessário adaptações ou alterações na estratégia de implementação para que se produzam os resultados esperados. Em última análise, busca-se explicar por que uma

intervenção fracassou ou teve sucesso a partir do que ocorreu durante a sua implementação em contexto (SIMÕES, 2018, p. 102).

O ponto principal do trabalho certamente é a geração de dados primários por meio da aplicação dos questionários. Contudo, há de se destacar o percurso que foi seguido juntamente com os instrumentos para levantar dados e direcionar os esforços de pesquisa. Complementando a estratégia de monitoramento e análise, define-se assim, os seguintes métodos e técnicas para aferição dentro das perspectivas quantitativas e qualitativas: 1) entrevistas semiestruturadas; 2) análise documental; 3) questionários; 4) coleta de dados.

Tabela 6: Métodos e técnicas

Tipo	Características principais	Vantagens	Plano de Ação
Entrevista	O entrevistado deve ser informante-chave. Pode ser mais ou menos flexível: estruturada, não estruturada ou semi-estruturada. Aplicação mais ou menos complexa e que pode ser facilitada com o uso de tecnologias.	Explora e explica fenômenos sociais complexos. Possui abertura para a exposição de experiências, opiniões e sentimentos. Grande flexibilidade e adaptabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar entrevistas com o ex-secretários de esportes e lazer de Itabirito; - Realizar entrevistas com funcionários com ampla experiência no serviço público na área de esportes e lazer; - Realizar entrevistas com os gestores do programa Escola de Esportes;
Análise documental	Revisão e análise de documentos que podem ter diferentes origens e formatos. Os documentos podem ser atuais ou antigos, de fontes primárias ou secundárias.	Aplicação ampla, que pode fornecer informações importantes para entender um contexto social, políticas públicas e outros. As análises de conteúdos podem indicar tendências, comportamentos,	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa sobre o contexto histórico das políticas de prática esportiva orientada no município de Itabirito; - Busca ativa sobre documentos que oferecem uma análise histórica do número de alunos matriculados em ofertas de atividades

		opiniões e decisões tomadas. Pode ser a fonte de indicadores de estrutura, de processo, de resultado e de cobertura. Baixo custo, principalmente com o uso da tecnologia.	físicas orientadas da SEMEL;
Aplicação de questionário	Construção de um documento que dê opções de respostas que apontem para informações quantitativas e qualitativas. O seu conteúdo deve possuir clareza para o público participante.	Proporciona boa aferição dos resultados a depender da ferramenta utilizada. Possibilidade de gerar gráficos, tabelas, entre outros instrumentos que permitam melhor compreensão de todo o contexto investigado.	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de questionários para alunos do programa Escola de Esportes; - Aplicação de questionários para alunos dos projetos parceiros da SEMEL; - Aplicação de questionário para os responsáveis dos alunos da Escola de Esportes e dos projetos parceiros;
Coleta de dados	Levantamento de dados que correspondam ao público alvo de determinada política pública ou que aponte referenciais para a construção do programa/projeto	Analisar frequência, características do público, número de pessoas contempladas, qual a satisfação dos beneficiários, etc.	<ul style="list-style-type: none"> - Análise dos formulários de matrícula e rematrícula; - Consulta ao número de crianças e adolescentes matriculados nas redes pública e privada do município; - Análise do número de bairros/regiões e respectivas instalações de esportes presentes nos mesmos; - Análise dos questionários aplicados;

O questionário aplicado foi construído pelo corpo gestor da SEMEL, levando em consideração a experiência prática dos próprios. Apesar da criação a princípio ter sido pelo corpo gestor, foi realizada uma reunião com professores e estagiários da Escola de Esportes a fim de explicar a proposta do questionário e escutá-los para a edição final do material. Considerar a experiência dos profissionais enriquece a construção do material pois tende a ter o conhecimento dos próprios alunos, possibilitando a adequação da linguagem e de criar mecanismos para maior efetividade do questionário. Na mesma reunião, foi definida a estratégia de aplicações testes, objetivando verificar, por meio da experiência prática da aplicação do documento, a necessidade de possíveis ajustes e estimular a troca de conhecimento entre a gestão da secretaria e os próprios profissionais para adequar o documento da melhor maneira possível.

Figura 5: Reunião realizada na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para apresentar o modelo do questionário e definir estratégias de aplicação



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Após aplicação dos questionários em duas turmas da Escola de Esportes, taekwondo e handebol, e em um grupo de 20 pais de alunos da ginástica, conforme decidido em reunião, foi realizado um novo encontro para avaliar a experiência do que fora percebido. Considerando todos os pontos de vista, chegou-se assim a um modelo final de documentos, os quais estão disponíveis nos apêndices I e II. Em seu resultado final, os questionários também visam apontar algumas das possíveis razões que implicam a baixa adesão de crianças e adolescentes nas ofertas públicas de práticas

esportivas orientadas. Outros elementos também poderão ser explorados para averiguar a implementação do programa, até mesmo em razão do seu desenho em duas perspectivas: aumento da oferta a nível territorial e também, a expansão do número de vagas de modalidades esportivas. Podem ser destacadas algumas perguntas de análise que pretendem nortear as investigações: a expansão do número de vagas permitiu o maior acesso de crianças e adolescentes em ofertas esportivas orientadas? A expansão da quantidade de vagas em todos os polos de atuação, proporcionou maior adesão de crianças e adolescentes residentes de periferias? Os polos em que foram feitas as expansões possuem aceitação por parte dos usuários? Os polos em que acontecem as práticas esportivas orientadas estão em boas condições de uso, segundo os usuários?

Ainda pensando em uma sequência de análise, é possível averiguar questões relacionadas às perspectivas comportamentais das próprias crianças e adolescentes, por exemplo: qual a motivação para a prática de atividade física orientada? Existem incentivos de pais ou responsáveis para a prática de atividade física orientada? As modalidades ofertas são atrativas? E em uma mesma linha de raciocínio, tem-se por objetivo levantar aspectos que estão embutidos nas percepções dos próprios pais e responsáveis: existe percepção de segurança no deslocamento do filho no ir e vir até o local da oferta? A proximidade com a residência ou com o trabalho, ou com a escola do filho são fatores que criam possibilidade de matriculá-lo em uma prática esportiva orientada? De que maneira se dá o deslocamento do filho para o polo da Escola de Esportes ou parceiro da SEMEL?

Os questionários foram aplicados pelos professores e estagiários da SEMEL, pela assistente social do Minas Tênis Clube e pelo professor de judô da Fundação Aleijadinho. Pensando na otimização de determinados questionários de acordo com a características de algumas turmas, eles também foram disponibilizados pelo google forms e compartilhados nos grupos de WhatsApp que servem para a interlocução entre a SEMEL, projetos parceiros e seus usuários e responsáveis. Em reunião realizada com a equipe da secretaria, foi desenvolvida uma estratégia específica para quais turmas seriam direcionadas um link para o preenchimento da pesquisa e em quais turmas o questionário seria aplicado fisicamente. Por fim, também em combinado registrado em reunião, definiu-se que os pais e responsáveis de alunos que responderiam os questionários corresponderiam somente àqueles responsáveis por alunos de até 15 anos. Isso porque, de acordo com a percepção da ampla maioria,

adolescentes a partir dos 16 anos já possuem determinada autonomia de escolher qual prática esportiva orientada deseja realizar, como também para deslocar até o polo em que acontece a sua atividade esportiva.

Figura 6: aplicação de questionários em uma turma de taekwondo da Escola de Esportes



Fonte: Secretaria de Esportes e Lazer, 2022.

A seleção da amostra foi considerada em reunião realizada pela equipe de gestão da SEMEL, de forma que houve uma intenção de alcançar o maior número possível de usuários e respectivos responsáveis. Ao mesmo tempo acidental por serem escolhidos ao estarem no local no dia da aplicação dos questionários.

A interação do que pode ser respondido a partir das perguntas poderá apontar caminhos por meio de indicadores, na contribuição de análises sobre o desenho e, principalmente, acerca da implementação do programa. A tentativa também será a de proporcionar a criação de conteúdo vindo do público usuário e da própria gestão do programa, no sentido de complementação para buscar por aperfeiçoamentos dentro do que foi proposto na concepção da Escola de Esportes.

5. RESULTADOS

Os dados aqui compartilhados foram extraídos do compilado de informações armazenadas pela gestão da SEMEL. Os questionários foram organizados de duas formas: 1) com aplicação direcionada aos alunos da Escola de Esportes e aos alunos de projetos parceiros; e 2) outro direcionado para todos os pais e responsáveis dos alunos com até 15 anos completos de idade.

A respeito dos questionários aplicados nos alunos da Escola de Esportes e de projetos parceiros da SEMEL, a apresentação será dividida em duas perspectivas. A primeira delas diz respeito à investigação de fatores relacionados à distância da oferta e o próprio deslocamento. Desse modo, o agrupamento das questões apresentou questões de ordem sistemática. A segunda perspectiva aponta para fatores motivacionais e questões que poderão implicar em indicadores qualitativos. Os questionários respondidos por pais e responsáveis será apresentado em lógica semelhante, contudo, alguns tópicos serão explorados para analisar sobre aspectos de rotina e como a atividade do filho(a) pode influenciar na organização de levar ou buscar.

Tabela 7: Número de alunos do programa Escola de Esportes e de projetos parceiros entrevistados

PÚBLICO-ALVO	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS PREVISTOS	NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS
Escola de esportes e alunos de projetos parceiros	400	299
Pais ou responsável do aluno	300	131
Total	700	430

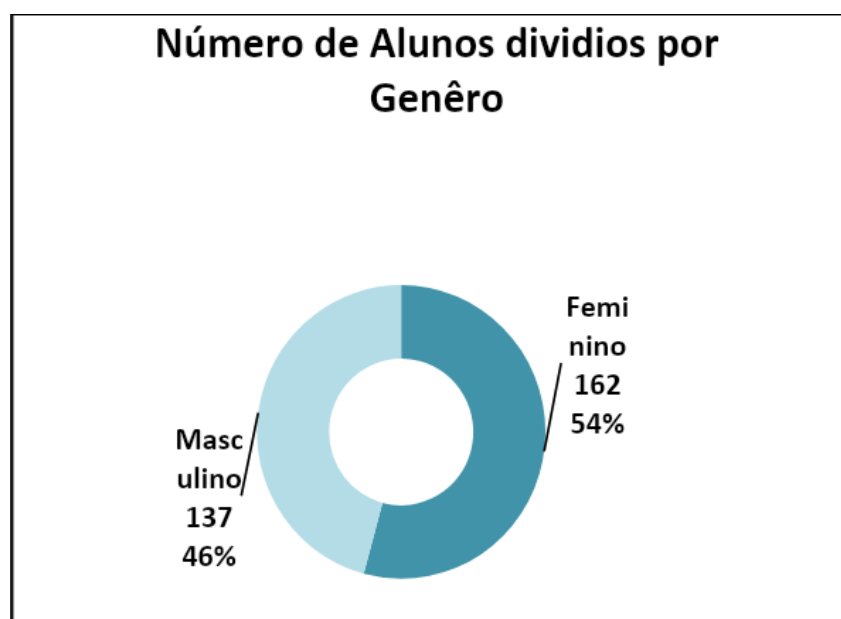
Fonte: Secretaria de Esportes e Lazer, 2022.

O número de resposta abaixo do esperado foi discutido entre a equipe gestora da SEMEL e respectivos aplicadores. Chegou-se à conclusão de que a realização da aplicação dos questionários na transição de novembro para dezembro não se trata de uma estratégia que tende a mobilizar para esta finalidade, pois outros temas tendem a se tornarem prioritários para os alunos: fechamento do ano escolar, fechamento das atividades esportivas, confraternizações, etc. Estes pontos influenciam na presença dos próprios alunos nas ofertas esportivas.

Outro ponto levantado, sendo este em consideração a interação com os pais, foi a estratégia de ter direcionado a aplicação exclusivamente pelo formato digital (google forms). De acordo com a discussão realizada, levou-se em conta que a pandemia trouxe uma outra lógica de interação entre as escolas e os pais, sobretudo com a utilização do telefone celular e tendo a ferramenta do WhatsApp como principal elo de comunicação. Dessa forma, esse parâmetro poderia orientar o formato com o qual a SEMEL trabalharia com os pais. A princípio, existiu um pressuposto de que direcionar o questionário pelos grupos de WhatsApp utilizados na interação entre a Secretaria e projetos com os pais seria uma forma de otimizar resultados e apuração dos dados. Entretanto, a percepção foi de que gerou esforços continuados para a mobilização dos próprios pais e responsáveis para responderem. Foram feitos vídeos explicativos, envios de mensagens de professores e gestores da Secretaria, além do pedido de reforço junto aos alunos para falarem com os próprios pais.

Os resultados serão analisados de acordo com os dados condensados a partir das respostas aos questionários, dando início pelos questionários aplicados aos alunos.

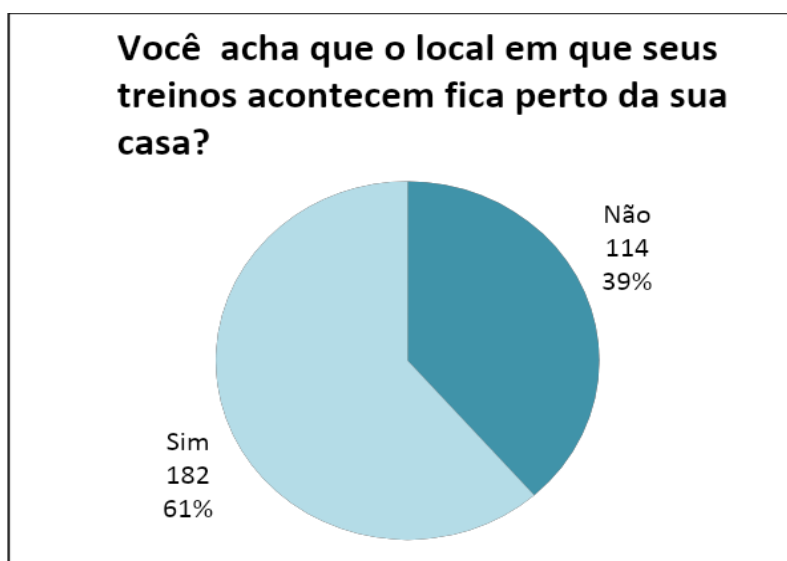
Gráfico 1: Distribuição dos alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros de acordo com o gênero da criança ou adolescente



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Em relação a percepção dos alunos sobre a distância entre a própria residência e o local dos treinos, 39% das respostas apontaram que sim, o público-alvo acredita que seja distante. Ao passo que 61% compreendem que a oferta é realizada próximo à própria residência. Na discussão realizada na reunião de gestão da SEMEL, entendeu-se que se em setembro de 2019 fosse realizada a mesma pergunta para os alunos da época, a possibilidade de os alunos preencherem o “não” tenderia a ser maior. A razão desta análise é fruto do entendimento que o questionário já foi aplicado com as estratégias de distribuição territorial das ofertas, ou seja, a prática esportiva orientada foi implementada em locais onde o poder público antes não realizava nenhum tipo de oferta. A partir desse pressuposto, compreendeu-se que o dado em questão se tornará um ótimo parâmetro para uma próxima análise quantitativa, no próximo ano, por exemplo, pois pretende-se criar uma base de dados histórica.

Gráfico 2: Percepção dos alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros sobre a distância da residência e do local da oferta

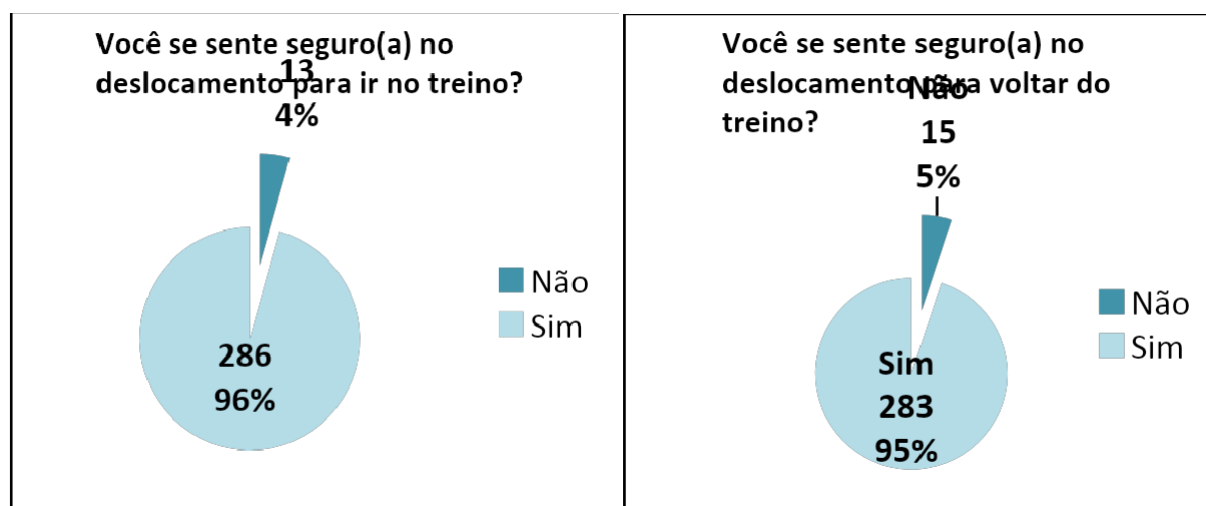


Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022

O próximo tópico explorado foi a respeito da percepção de segurança dos alunos em relação ao deslocamento da casa para o polo onde a oferta é realizada e, do polo para a própria residência. O questionamento em questão cria laços com uma próxima pergunta que questiona sobre a forma de deslocamento das próprias crianças. Quando o questionário foi concebido, levou-se em conta a experiência prática dos professores que observam que determinados alunos se locomovem a pé, andando em grupo, ou por bicicleta.

Na discussão em questão, quando pensado sobre os fatores que poderiam gerar a baixa adesão de crianças e adolescentes nas ofertas da SEMEL, foi considerado o sentimento de segurança no ir e vir. É possível compreender que o horário também é um fator importante nesse sentido, afinal as ofertas realizadas no período noturno tendem a gerar maior percepção de insegurança. Contudo, nenhuma das ofertas para crianças e adolescentes está programada para o período noturno. Conseqüentemente, as respostas são majoritárias ao apontar que há percepção de segurança por parte do público da política.

Gráfico 3 e 4: Percepção de segurança dos alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros no deslocamento para as práticas esportivas orientadas



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Quando questionados sobre a percepção do tempo dispendido para deslocamento, 61% dos alunos disseram que consideram realizar um deslocamento rápido, 24% demorado e 15% muito demorado. Os resultados percebidos no gráfico 5 são complementares ao que é visto nos gráficos 6 e 7, sendo que estes tópicos retratam a forma com que os alunos se deslocam para os treinos e como eles voltam para as próprias residências após a prática esportiva. Majoritariamente, a maior parte dos alunos se deslocam a pé ou por meio do transporte público, respectivamente. A consideração de perceberem rapidez no deslocamento é um ponto interessante em detrimento da forma “a pé” de se locomover ser a preponderante. Até mesmo podendo ser levado em conta os que realizam locomoção por meio da bicicleta.

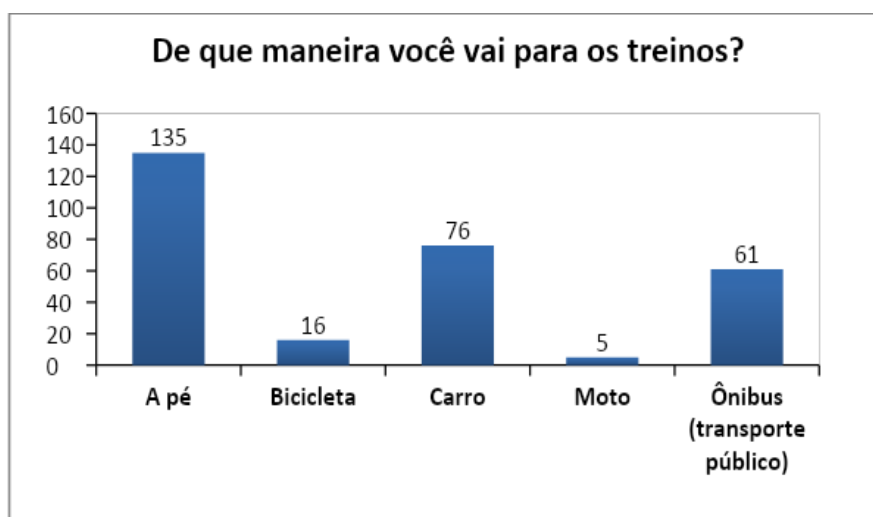
Um ponto que proporciona reflexões diz respeito a um quantitativo entre demorado e muito demorado, juntos, corresponderam a 39% da pesquisa. O que aponta, talvez, o pressuposto do tempo de deslocamento do transporte municipal ou, até mesmo, a qualidade do trânsito da cidade, considerando que existem muitas crianças e adolescentes que vão e voltam por meio de veículos.

Gráfico 5: Percepção de distância dos alunos da Escola de Esportes e de projetos parceiros em relação ao local do treino



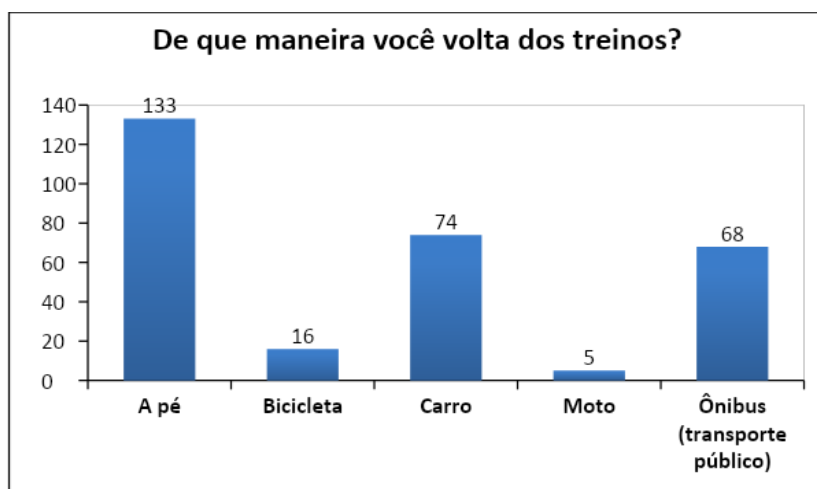
Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Gráfico 6: Forma que alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros se deslocam até os treinos



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

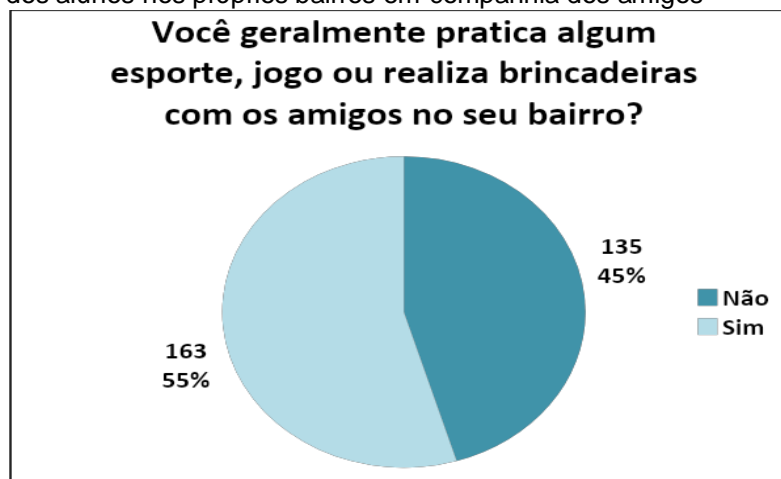
Gráfico 7: Forma que os alunos da Escola de Esportes e projetos parceiros retornam à suas residências



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

O questionário também buscou verificar a interação das crianças e adolescentes com os próprios bairros por meio do esporte, jogos ou brincadeiras com amigos. O objetivo foi visualizar possibilidades de realização de atividades nos próprios territórios dos alunos. O que resultou na conclusão de que, a partir da diversificação ocorrida desde março de 2022, muitos alunos passam a responder sim em razão de identificar uma oferta existente no próprio bairro e que esta pode ser feita em companhia de algum amigo. Ainda assim, existe um quantitativo expressivo que respondeu não, representando 45% das respostas. Isso apresentou para a gestão da secretaria uma análise mais aprofundada sobre a distribuição de equipamentos públicos de esportes e lazer pela cidade.

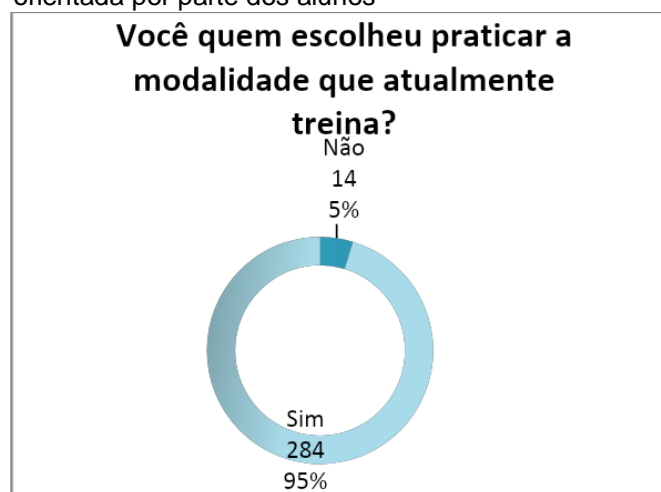
Gráfico 8: Realização de esportes, jogos ou brincadeiras por parte dos alunos nos próprios bairros em companhia dos amigos



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

A partir do próximo gráfico, iniciam as perguntas que visam analisar aspectos motivacionais e comportamentais dos alunos. O primeiro destes gráficos é o de número 9, que almeja verificar a capacidade de decisão dos próprios alunos em escolher a modalidade esportiva que pratica. Essa pergunta também tem como pano de fundo compreender o não acesso, com o pressuposto de que talvez o aluno poderia ser “obrigado” a participar da oferta, gerando desmotivação e, conseqüentemente, baixa adesão. Contudo, o resultado apresentado mostrou elevada capacidade de escolha das crianças e adolescentes respondentes, uma vez que os que optaram por conta própria representam 95% dos que responderam.

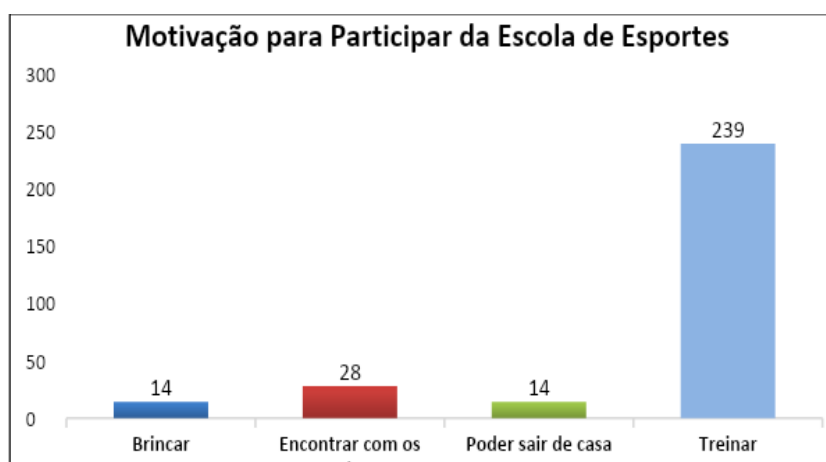
Gráfico 9: Escolha pela oferta de prática esportiva orientada por parte dos alunos



Fonte: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, 2022

O gráfico 10 busca demonstrar aspectos de incentivo que podem levar as crianças e adolescentes para a prática esportiva orientada. Quando pensada, a estratégia é identificar fatores motivacionais que poderiam ser replicados na forma como a oferta é desenvolvida. Por exemplo, se porventura o questionário apresentasse um número majoritário que a motivação de participar da Escola de Esportes seria “encontrar com os amigos”, ofereceria para a gestão da Secretaria de que as metodologias de trabalho dos treinos poderiam ser direcionadas para maior entretenimento entre os alunos do que o foco em alguma técnica específica de determinada modalidade. Nesse sentido, o questionário mostrou que o público majoritariamente inclina-se à oferta com a finalidade de treinar, sendo 239 respondentes por esta opção. Esse é um elemento de extremo valor a ser considerado pelas equipes técnicas no que tange as possibilidades e preparação dos treinos.

Gráfico 10: Qual a motivação dos alunos para participar da Escola de Esportes e de projetos parceiros



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Por fim, os gráficos 11 e 12 investigam percepções territoriais dos alunos a respeito dos próprios bairros. O primeiro gráfico solicita a opinião sobre qual estrutura esportiva desejada no próprio bairro, e o segundo gráfico diz respeito aos bairros que não possuem nenhuma estrutura esportiva, qual a forma com que a criança e o adolescente realizam suas atividades. Os tipos de estrutura esportiva foram considerados de acordo com aquelas existentes atualmente e que estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Gráfico 11: Estruturas esportivas desejadas no próprio bairro de crianças e adolescentes participantes da Escola de Esportes e de projetos parceiros



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Gráfico 12: Forma que a criança e adolescente pratica esportes ou alguma atividade física caso o bairro não tenha equipamento público de esportes e lazer



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022

5.1 Análise dos questionários aplicados aos pais e responsáveis

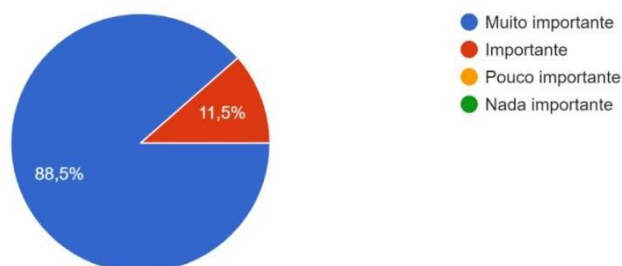
Os gráficos a seguir abordarão a percepção dos pais e responsáveis dos alunos. A proposta de analisar também a percepção dos pais vai desde a compreensão dos próprios em relação à importância da oferta esportiva para o próprio filho até as análises em relação a percepção do deslocamento do filho até os treinos. Ou seja, um tópico motivacional, até mesmo perguntas que visem identificar aspectos da rotina da pessoa que, porventura, tenham contribuído para provocar o baixo acesso de crianças e adolescentes às práticas esportivas orientadas oferecidas pela SEMEL e projetos parceiros.

O primeiro gráfico aponta que a maioria absoluta dos pais ou responsáveis considera que a atividade esportiva é algo de relevante para o próprio filho(a). A partir da aplicação, pode-se constatar que 88,5% dos pais considera como sendo muito importante e 11,5% como importante. Dentro da análise realizada pela equipe, entendeu-se que uma vez havendo a percepção de importância, leva a acreditar um esforço maior dos próprios pais em garantir o acesso do filho(a) em alguma atividade, alterando a rotina dos próprios pais ou mesmo, tendo que se deslocar de forma demorada para a ida e vinda de determinado polo.

Gráfico 13: Percepção da importância do esporte para o próprio filho

Como você avalia a importância do esporte para o seu filho(a):

131 respostas



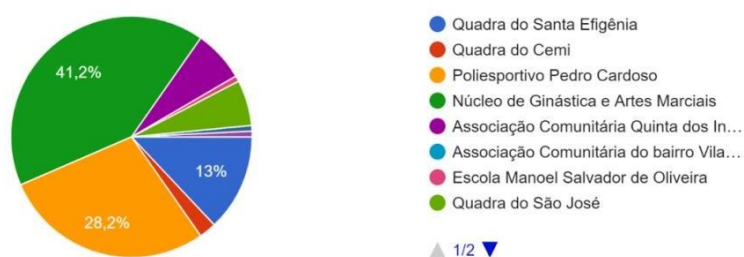
Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

O gráfico 14 aponta em qual estrutura esportiva são realizadas as aulas. A maioria dos respondentes, 41,2%, conforme previsto, identifica o Núcleo de Ginástica e Artes Marciais como o principal polo, localizado no centro do município. Em segundo lugar, com 28,2% está o Ginásio Poliesportivo Pedro Cardoso, com 28,2%, e na terceira colocação, a quadra do Santa Efigênia, com 13% dos respondentes.

Gráfico 14: Instalação em que ocorre o treino dos filhos

Qual a instalação em que acontecem os treinos do seu filho:

131 respostas



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

O gráfico 15 traz um resultado interessante para aquilo que propõe este trabalho, o olhar do pai ou responsável sobre a possibilidade de existir uma oferta esportiva no bairro de residência. Praticamente metade dos que responderam, 50,4%,

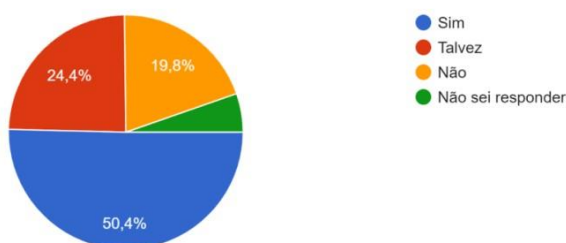
disseram que sim, é importante. Precisamente, 19,8% disseram que não e 24,4% falaram que talvez.

As respostas trazem o reflexo de que considerar a política de distribuição territorial é algo importante. E quando tratado em equipe sobre o indicador, algo comentado foi extremamente valioso, de que pais de crianças com até 12 anos de idade tendem a valorizar ainda mais a possibilidade de ter uma oferta próxima de sua residência, pois a partir dos 13 anos, o jovem tende a ter mais autonomia e independência, fazendo com que tenha mais condições de deslocamento para determinados locais.

Gráfico 15: Percepção da importância em ter uma oferta esportiva próxima a residência do filho

Ter uma oferta esportiva no próprio bairro onde mora é um fator prioritário para à sua escolha em matricular o seu filho em alguma oferta esportiva?

131 respostas



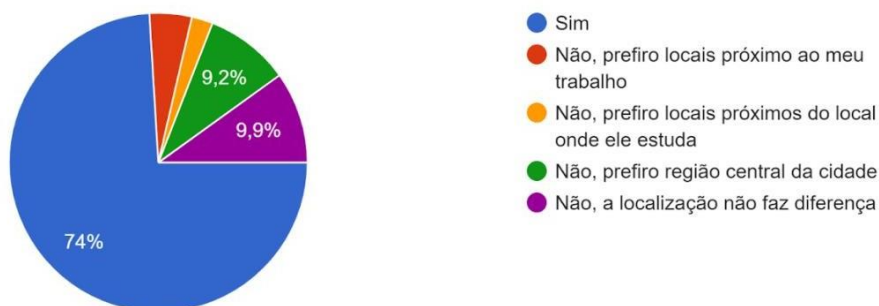
Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

O gráfico 15 está em sintonia com o de número 16, contudo, ele buscou visualizar de forma mais assertiva o processo de tomada de decisão dos pais ou responsável sobre matricular em alguma oferta que seja próxima ao bairro de residência e não necessariamente no bairro onde reside. Deste modo, obtendo 74% de aprovação, de que sim, ter uma oferta próxima é algo importante, reforça o contexto da diversificação das ofertas e conforme discutido, das modalidades ofertadas. Neste tópico, travou-se esta importante discussão, de que avaliar as potencialidades de bairro e região da cidade, mapeando as estruturas disponíveis, são fatores importantes para aumentar o acesso e proporcionar consistência de participação de crianças e adolescentes.

Gráfico 16: A proximidade de uma oferta esportiva em relação a tomada de decisão

Ter uma oferta próxima ao bairro onde você mora é um fator importante para que escolha matricular seu filho(a) em alguma oferta esportiva?

131 respostas



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

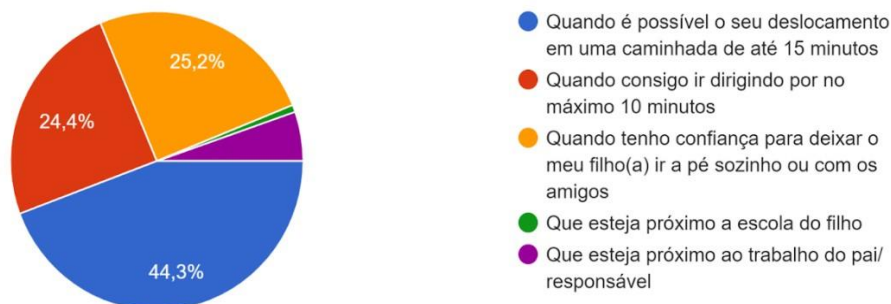
O gráfico 17 buscou fazer uma análise, com a finalidade de oferecer tópicos de respostas quantitativas, sobre o que pais e responsáveis tendem a considerar como “próximo” ou “longe”. Cada município possui as suas particularidades sociais, econômicas e também demográficas, nesse sentido, a percepção de longe ou perto pode mudar de cidade para cidade. Assim sendo, foi necessário generalizar alguns itens de referência para compreender como os pais e responsáveis enxergam a questão do deslocamento. A informação obtida é interessante, pois tende a contribuir inclusive com proposta da construção de novos espaços públicos de forma estratégica. O que se quer dizer com isso é que não necessariamente todos os bairros precisam ter quadras esportivas, por exemplo, a depender da percepção de deslocamento do cidadão, é possível escolher um local estratégico que seja central no que se refere a um conjunto de outros bairros e o respectivo tempo de deslocamento.

Para a maioria dos que responderam, 44,3%, consideram que uma caminhada de até 15 minutos reflète como sendo um equipamento de bom acesso para o filho(a), considera-se também que esta caminhada pode ser em companhia com o pai ou responsável ou não. Em segundo lugar, com 25,2% dos respondentes, apontam sobre a importância do sentimento de segurança do filho(a) ir a pé, sozinho ou com amigos.

Gráfico 17: Avaliação sobre a condição de um equipamento público e possibilidades de distância

Como você avalia algum serviço público que tenha bom acesso para o seu filho(a)

131 respostas



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

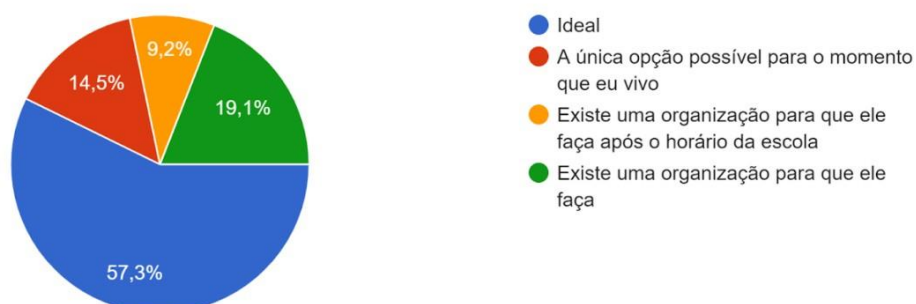
Os gráficos 18, 19 e 20 investigam a percepção dos pais e responsáveis sobre a qualidade dos equipamentos nos quais o filho(a) treina, conciliado ao horário em que os treinos acontecem. O objetivo de considerar este ponto como um possível fator de influência na política de diversificação territorial foi a de destacar que a condição de infraestrutura também tende a ser um fator crucial para que uma criança ou adolescente seja matriculado em determinada oferta esportiva.

Para a maior parte dos pais e responsáveis, o horário de realização do treino do filho(a) é o ideal, apresentando 57,3% dos respondentes. As outras três opções de respostas representam 42,7% e buscam avaliar, mesmo que de forma genérica, aspectos da rotina deste possível núcleo familiar. Em linhas gerais, a pesquisa demonstra que os pais reconhecem que as estruturas esportivas possuem qualidade e geram segurança para que os filhos(as) realizem os seus treinos. Isso é algo que interfere diretamente no reforço de uma política adotada desde janeiro de 2020, a de recuperação das instalações públicas de esportes e lazer e na implementação da política de manutenção preventiva e corretiva.

Gráfico 18: Percepção sobre o horário de realização da atividade do filho

Qual à sua opinião sobre o horário que seu filho(a) realiza a atividade da Secretaria de Esportes e Lazer

131 respostas

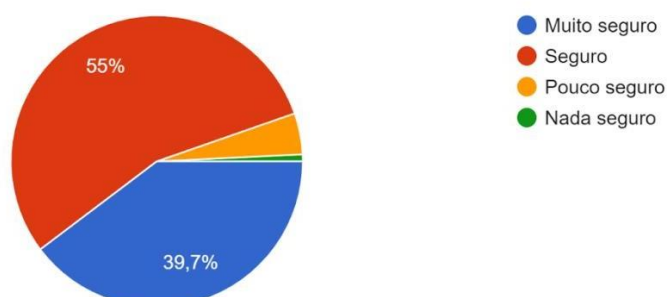


Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Gráfico 19: Percepção de segurança em relação ao espaço que o filho realiza os treinos

Sobre o seu sentimento de segurança em relação ao espaço que seu filho(a) realiza a atividade:

131 respostas

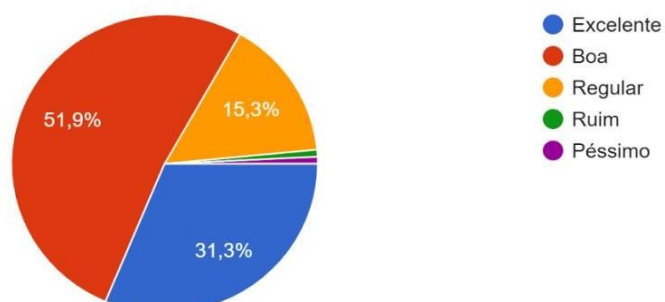


Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

Gráfico 20: Percepção de qualidade em relação a estrutura em que o filho realiza os treinos

Qual à sua opinião sobre a estrutura física em que seu filho treina:

131 respostas



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

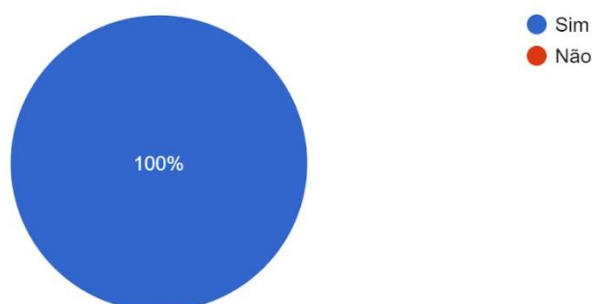
O questionário também desenvolveu outros tópicos semelhantes ao que foi perguntado para os alunos e nesse sentido, vale destacar que houve familiaridade nas respostas, apresentando resultados muito aproximados.

Por fim, foi perguntado sobre a aceitação de participar da pesquisa, sendo um elemento que demonstre que houve um esforço voluntário para contribuir com a investigação em questão, tendo o aceite de todos que responderam.

Gráfico 21: Aceitação na participação da pesquisa

Declaro que concordo em participar desta pesquisa.

131 respostas



Fonte: Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, 2022.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são ações governamentais que possuem a finalidade de transformar realidades a partir de um esforço governamental, que perpassa pela formação de agenda, formulação, implementação, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamentos. Utilizar metodologias adequadas para desenvolver o desenho da política pública é um procedimento contido em sua etapa de formulação e apontará metas e objetivos que seguirão sendo avaliados e reformulados. Ou seja, a política pública é dinâmica, participativa e amplamente teórica, o que a faz se desenvolver como ciência constantemente. As políticas públicas representam uma verdadeira ponte entre aquilo que está concebido no texto constitucional e a realidade propriamente da vida em sociedade. E nesse sentido, visa garantir direitos sociais que estão preconizados e que exigem tanto por parte das gestões públicas quanto da sociedade civil, esforços para que sejam concretizados.

O esporte e o lazer são admitidos como direitos sociais. Contudo, a história do país demonstra os reconhecidos desafios para estruturar um sistema nacional que consiga desenvolver um pacto voltado a políticas públicas de esportes e lazer que consigam se ramificar da estrutura da união até nos municípios. Apesar do tom de crítica, há de se reconhecer que, como em tantos outros campos sociais, a maturidade institucional pode ser alcançada por produções acadêmicas continuadas. E, também, de experiências seguidas de políticas públicas, órgãos institucionalizados que consigam ter legitimidade na arena política, a arena da disputa de poder e de ocupação de espaços. Nesse aspecto, políticas de monitoramento e avaliação são pilares para solidificar a ocupação dos referidos, pelo caráter que possuem de oferecer análises de suma importância de realidades que se transformam em indicadores. Em processos e também, na valorização do conhecimento que possa partir das experiências genuínas e reais dos homens e mulheres em sociedade.

O município de Itabirito, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, possui um órgão que tem condições de conferir protagonismo dentro da agenda governamental, o que pode ser considerado como um elemento de força na construção, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas municipais. A criação do programa Escola de Esportes é uma consequência da capacitação continuada da equipe, que culminou na identificação da oportunidade de construir uma política pública com critérios estabelecidos em teoria, a partir da história da própria

cidade e de um olhar sobre um tema que possui repercussão e valorização social. A pesquisa contida neste trabalho tornou-se um desdobramento de acontecimentos maiores que aconteceram no município na área de esportes e lazer. E é algo que merece ser reconhecido, por não ser uma prática tão habitual em prefeituras de cidades do interior. O trabalho proporcionou reuniões continuadas, debates, leituras, consultas populares, investimentos, um processo participativo de praticamente dois anos envolvendo diversos atores sociais.

No que tange ao objetivo descrito e aprofundado, que foi o programa Escola de Esportes, juntamente com os projetos parceiros, seguidos por uma decisão de expansão de vagas e sobretudo, a expansão de polos de atuação no território municipal, os questionários ofereceram análises que poderão contribuir para os contínuos avanços do programa e de futuras parcerias. Foi concluído que os últimos dois meses do ano não são um bom período para realizar a mobilização para aplicação da pesquisa, em razão deste período apresentar características que levam a crer neste pressuposto, sendo esta uma das hipóteses para que o quantitativo inicial planejado para respostas de questionários não fosse alcançado. A outra possibilidade destacada é que a aplicação do questionário passará a contar como um tópico elementar no planejamento anual de atividades, de tal maneira que logo quando iniciar o ano dentro das discussões de planejamento, conste questionários focados em monitoramento e avaliação como uma atividade imperativa para as ações da Escola de Esportes e de projetos parceiros.

Uma das conclusões subsidiadas pelo processo da análise de implementação é que a diversificação territorial das ofertas contribuiu, de fato, para aumentar o acesso de crianças e adolescentes em ofertas esportivas orientadas. Como destaque para reforçar essa premissa, tem-se o exemplo das aulas de judô, que foram iniciadas no bairro Quinta dos Inconfidentes, território afastado do centro da cidade e que, no questionário, apontou que a maior parte dos usuários residem no próprio bairro. Aliás, trata-se de um bairro onde existem conflitos de moradia, por conta de terrenos em situação irregular e, em pesquisa realizada junto à Secretaria de Assistência Social, apresenta alto índice de vulnerabilidade social. Nesse sentido, potencializar ofertas no próprio local faz acreditar que crianças e adolescentes terão oportunidades virtuosas para a sua formação.

Um outro aprendizado, como um desdobramento das discussões em equipe é que, dentro da estratégia de expansão territorial, ao oferecer algo mais próximo da

residência de um possível beneficiário, faz sentido priorizar atividades para crianças com até 12 anos de idade. Para este público, o relato de pais e mães, além da percepção da própria, demonstrou ser o mais sensível a nível de autonomia para deslocamento e à necessidade de uma maior organização dos responsáveis para garantir a presença e continuidade dos filhos. Não que uma oferta próxima a residência de adolescentes seja inviável, contudo, este público apresenta maior autonomia de deslocamento, inclusive, gerando maior percepção de segurança para os próprios pais.

Ainda refletindo sobre a divisão das crianças e adolescentes a nível de estratégia das ofertas, foi analisado que alguns pais, ao comentarem que sentiram falta de uma opção “aberta” nos questionários, queriam expor que ao valorizarem a ida do filho em uma prática esportiva orientada. Seja uma ou duas vezes na semana, eles afirmaram que ter uma opção de oferta no final de semana também poderia ser algo que facilitaria a presença das crianças, pois seria uma forma de não conflitar com a rotina de pais e mães.

Ao analisar as projeções oferecidas pela construção dos gráficos, a análise em grupo direcionou sobre a necessidade de construir uma estratégia para os procedimentos de matrículas e rematrículas da Escola de Esportes, que segundo percebido ainda são feitos de forma arcaica. Essa visão foi suscitada pois, ao final da aplicação dos questionários, não se tinha um banco de dados completo para gerar parametrização com os dados levantados na pesquisa, até mesmo para confrontar as informações ou até para servir de complemento por meio de uma série histórica com o que está sendo produzido. Foi direcionado sobre tratativas junto ao setor de tecnologia da informação da Prefeitura de Itabirito, para buscar por experiências em outras prefeituras ou órgãos públicos afins. Há o pressuposto de que galgar alguma ferramenta que ofereça a possibilidade de formalizar por meio de dados as informações dos alunos, respeitando toda e qualquer legislação vigente no que tange à proteção de dados, para desenvolver até outras pesquisas futuras.

A expansão de vagas em polos já existentes, a contratação de mais profissionais, um maior investimento em material esportivo, também foram fatores que foram percebidos e que contribuíram para o aumento do número de crianças e adolescentes nas práticas esportivas orientadas. O ingresso dos projetos por meio da lei de incentivo também se destaca, pois no momento em que o diagnóstico foi realizado pela equipe de gestão da SEMEL em setembro de 2019, não havia esse tipo

de atividade na cidade. Essa parceria mostrou que o poder público e as organizações do terceiro setor podem construir uma “cultura de fomento ao esporte” em todo o território municipal.

Notoriamente, a expansão para novos polos de atuação proporcionou o aumento do ingresso de crianças e adolescentes, essa é uma visão subsidiada pelos profissionais que operam a política e por aquilo que consta nas respostas do questionário. A expansão também trouxe outras questões que só a prática demonstra: a necessidade de pensar na estrutura necessária para manter o processo de expansão, fica o exemplo da dificuldade existente em alguns momentos para garantir um veículo para levar e buscar o profissional da secretaria em determinado polo de atuação.

A partir da construção da pesquisa, já constam metas e objetivos para o ano de 2023, inclusive esta é uma tabela presente no corpo do trabalho. Pode-se dizer que este é um produto de enorme valor, pois a partir do momento que se inicia o desenho desta política pública outras ações passam a ocorrer de forma concomitante, como a vinculação de metas no PPAG e a construção da PLOA que visa garantir investimentos para a operacionalização da política. E no processo de construção dos questionários e análise dos resultados, permitiu desenhar projeções quantitativas para o próximo ano. De tal modo que, houve uma demonstração real que as discussões a partir de indicadores sociais qualificam ainda mais as estratégias e as tomadas de decisão do corpo gerencial da SEMEL e dos próprios servidores que operacionalizam a política.

Outro apontamento que foi observado no trabalho foi a estratégia de levar a prática esportiva orientada para dentro do ambiente da escola. Os questionários respondidos por alunos das ofertas que são desenvolvidas dentro do ambiente escolar nitidamente mostraram que atualmente são as ofertas com o maior número de atendidos e que oferecem boa estrutura para a prática e a percepção valiosa. Serviços como o “transporte escolar”, “merenda escolar”, correspondem a particularidades da Secretaria de Educação que não são possíveis de serem oferecidas pela SEMEL. Esse fato mostrou ser um ponto que gera maior tranquilidade para os pais e responsáveis, e cria condições boas, inclusive no ir e vir das crianças e adolescentes. Por este motivo existe um caminho aberto por esta análise que defende que a expansão das ofertas a partir do ano de 2023 passe a priorizar as escolas, funcionando como uma atividade no contraturno escolar.

Para além de um discurso social que reconhece a importância do esporte e do lazer para crianças e adolescentes, os gestores que são responsáveis por esta temática, precisam desenvolver políticas públicas bem estruturadas para garantir a manutenção do status institucional da área e conquistar orçamento. O processo de monitoramento e avaliação dá consistência a esse processo, qualifica debates dentro da equipe e fortalece a perspectiva da participação cidadã nos rumos da gestão pública.

Este trabalho é um produto que reflete uma mudança significativa de toda uma equipe, sobretudo aqueles que ocupam funções a nível de gestão. Esta é uma ação pioneira do município na área de esportes e lazer, realizando o movimento estratégico de sair da condição histórica de construir projetos a partir somente de pressupostos não embasados. E, por meio do tensionamento gerado no espaço da política, pela sociedade civil, por vereadores, pela imprensa e por uma atuação de construção sistêmica e metodológica, já demonstram avanços significativos, alguns dos quais já podem ser aferidos nesta pesquisa.

As conclusões verificadas neste trabalho são apontadas sobretudo mediante à análise da implementação do programa Escola de Esportes, contudo, um último apontamento a ser mencionado, sendo este pactuado pela equipe em uma das reuniões de discussão dos resultados, foi a deliberação de construir um projeto de lei institucionalizando a Escola de Esportes como uma política de Estado. Neste sentido, o presente trabalho também visa contribuir para criar as bases técnicas para que o programa consiga seguir os próximos trâmites e se tornar algo que fortaleça as políticas públicas de esportes. Assim, perpetuando através dos governos e mantendo o compromisso de trabalhar a prática esportiva orientada como um dos pilares da formação cidadã de crianças e adolescentes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, ano 51, número 4, outubro-dezembro 2000.

ARAÚJO, Edgilson; BOULLOSA, Rosana. **Avaliação e Monitoramento**. Curitiba, 2019. E-book.

ARANHA, Maria Lúcia; MARTINS, Maria Helena. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992. 232 p.

BEZERRA, Josué Alencar. “**Como Definir o Bairro? Uma Breve Revisão**. *GEO Temas*, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./jun., 2011. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/COMO_DEFINIR_O_BAIRRO_UMA_BREVE_REVI_SAO.pdf. Acessado em: 05 nov. 2022.

BRASIL. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**: Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS: 2015-2016. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. n. 27. Brasília, MDS, 2016. Disponível em: http://novoead.fjp.mg.gov.br/pluginfile.php/69548/mod_resource/content/1/Texto_MaPR.pdf. Acessado em: 22 out. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 14 Mar. 2022.

BRASIL. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira**. Dispõe sobre a criação do guia de atividade física para a população brasileira. Brasília: MS, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf. Acessado em: 16 mar. 2022

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**: Para uma teoria geral da política. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 173 p.

CARVALHO, Paulo. Itabirito, 25 de janeiro de 2021. Entrevista concedida a Raphael Von Rondow Nascimento.

COLEDAM, *Diogo et al.* Prática esportiva e participação nas aulas de educação física: fatores associados em estudantes de Londrina, Paraná, Brasil. *Cadernos de Saúde*, Rio de Janeiro, 30(3):533-545, mar, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/sjw7Z7mbnsBFQJmDrbfJGpq/?lang=pt&format=pdf>.

Acessado em: 05 nov. 2022

COSTA, Alexsander. Itabirito, 26 de janeiro de 2021. Entrevista concedida a Raphael Von Rondow Nascimento.

COSTA, Júlia. **Avaliação do desenho do programa de ensino médio integral do estado de minas gerais**: uma análise com base na teoria da mudança. 2019. 117 f. Monografia – Curso de Graduação em Administração Pública – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2019.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1988. 176 p.

Fundação João Pinheiro. **Gestão Social: O que há de novo?**. Organização Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz Costa. Belo Horizonte: FJP, 2004. 149 páginas.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchi. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia). 134 p.

IBGE. Cidades, 2020. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/itabirito/panorama>>. Acesso em: 15 Mar. 2022.

ISAYAMA, Hélder; SILVA, Luciano. **A Constituição Brasileira de 1988 e as Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Produções em Programas de Pós-Graduação**. Belo Horizonte/MG: Autores Associados. 2019

ITABIRITO. **Lei nº 1.640 de 13 de abril de 1990**. Contempla a reorganização administrativa da Prefeitura e cria Departamento de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. 03 de mar. 2022.

ITABIRITO. **Lei nº 1.068 de 20 de março de 1979**. Contempla a reorganização administrativa da Prefeitura e cria o Departamento de Educação e Cultura. 03 de mar. 2022.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2001.

JANUZZI, P. M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea Editora, 2016.

KRAVCHYCHYN, Cláudio *et al.* Projetos e programas sociais esportivos no brasil: antecedentes históricos e reflexividade social. Revista da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 53-68, julho 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/document.pdf>.

Acessado em: 25 out. 2022

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é a política**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 29ª reimpressão, 2012). 138 p.

MAGALHÃES, Daniela. **Análise da avaliação de satisfação dos usuários-cidadãos do programa “BH é da gente”** - política pública de esporte e lazer do município de belo horizonte. 2019. 56 f. Monografia – Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2019.

MAYRA, Renata. Itabirito, 26 de janeiro de 2021. Entrevista concedida a Raphael Von Rondow Nascimento

MIODUTZK, Anderson *et al.* Antropometria e aptidão física: comparação entre praticantes e não praticantes de escolinhas esportivas. Arch Health Invest (2016) 5(4): 192-196. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArchHI/article/view/1331/pdf>. Acessado em: 16 nov. 2022

MOVE SOCIAL. Relatório Anual Move. São Paulo, MOVE, 2014. 20 p. Relatório disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/TeoriaMudan%C3%A7aMoveS.pdf>. Acessado em: jul. 2022.

NASCIMENTO, Mariana *et al.* O espaço urbano do bairro e o impacto nas relações sociais de idosos: uma revisão narrativa da literatura. Revista Kairós Gerontologia, 20(2), 179-194. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/34921-Texto%20do%20artigo-95428-1-10-20171017.pdf>. Acessado em 17 nov. 2022.

RODRIGUES, Rodrigo. Itabirito, 25 de janeiro de 2021. Entrevista concedida a Raphael Von Rondow Nascimento.

ROSA, Júlia *et al.* **Políticas Públicas: Introdução**. 1. ed. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223410/001127911.pdf?sequen>. Acessado em: 08 nov. 2022.

SCAGLIA, Alcides. **Escolinha de futebol: uma questão pedagógica**. MOTRIZ – Campinas, v. 2, n. 1, junho 1996. Disponível em: [ESCOLINHA DE FUTEBOL - UMA QUESTÃO PEDAGÓGICA.pdf](#). Acessado em: jun. 2022.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, Patrick. **Influência do Contexto de Prática Esportiva Orientada no Desenvolvimento Motor Global de Crianças**. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Esporte) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2016.

SOARES, Márcia; ISAYAMA, Hélder; PINTOS, Ana. **Monitorando e Avaliando Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: A experiência dos programas Esporte e Lazer da Cidade (Pelc) e Vida Saudável (VS)**. Belo Horizonte/MG: Autores Associados. 2018.

TAFFAREL, Celi; JUNIOR, Cláudio. **Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte**. Motrivivência, (Florianópolis), v. 31, n. 60, p. 01-33, outubro/dezembro, 2019. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/66105-237913-1-PB.pdf>